

# Estudo Técnico Preliminar - 37/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00059.000660/2021-58

## 2. Descrição da necessidade

Serviços de Engenharia (Apoio)-----

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, com dedicação exclusiva de mão de obra, para as funções de Arquiteto, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Técnico em Edificações (Projetista), Técnico em Edificações (Orçamentista), Técnico em refrigeração e ar condicionado, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Máquinas e Mecânica, em apoio à Coordenação-Geral de Engenharia da Presidência da República (COENGE/PR), na melhoria contínua, estudo, planejamento, elaboração, desenvolvimento, execução, acompanhamento e fiscalização de projetos e serviços de engenharia, no âmbito do Complexo de Edificações da Presidência da República, incluindo as residências oficiais e apartamentos funcionais.

### Necessidade de substituição do Contrato nº 54/2020 constante do Processo SEI nº 00059.000270/2020-05

O que justifica e motiva esta contratação é a permanente necessidade de reformas e melhorias nas edificações do complexo da Presidência da República. Este complexo possui um conjunto de edificações com grande diversidade de instalações, como por exemplo, elétricas (baixa, média e alta tensão), mecânicas (máquinas e elevadores), hidráulicas, climatização, proteção contra incêndio (hidrantes, extintores, sprinklers, portas corta-fogo, detector de gás e calor por alarme), telefonia e lógica, entre outros.

Os serviços comuns de engenharia já estão plenamente incorporados à rotina funcional da Presidência da República, contribuindo de forma significativa para a eficiência do seu funcionamento, principalmente no que diz respeito à manutenção de sua estrutura predial, de acordo com as particularidades concernentes à natureza da missão institucional dessa Diretoria, às peculiaridades de suas edificações – muitas delas obras tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional, bem como às condições de saúde e segurança laboral do servidor/colaborador.

As adequações contínuas nas edificações e instalações, devidamente subsidiadas por planejamentos e projetos específicos e acompanhamentos especializados, são fundamentais para garantir o bom desempenho das atividades funcionais e a segurança dos servidores e visitantes do complexo da Presidência da República. Esta contratação garantirá de forma duradoura e segura a execução de obras e serviços de engenharia, baseada em projetos bem planejados e devidamente executados, evitando eventuais imprevistos.

Atualmente, a PR tem efetuado diversas reformas que tem impactado significativamente em sua estrutura. A presente contratação busca estudar, planejar e antecipar tais alterações estruturais, permitindo maior agilidade no processo de reforma, mitigando os riscos de execução. Dentre as diversas ações, cita-se o dimensionamento de cargas (estrutural, elétrica, mecânica, hidráulica, etc), levantamento da capacidade de ar-condicionado, limitações de iluminação, impactos ambientais, etc.

Neste contexto, esta Coordenação Geral de Engenharia da Presidência da República tem designado arquitetos e engenheiros para tarefas destacadas de acordo com as necessidades do órgão, buscando atender tanto as demandas reprimidas quanto as novas exigidas pelas normas que tratam do ambiente edificado. Em complemento a essas ações preliminares e fundamentais, é necessária a adequação das equipes de profissionais que prestam apoio à coordenação e às atividades de planejamento estratégico, de elaboração de projetos e orçamentos e de fiscalização da execução de contratos. É com ênfase nas melhorias de atuação e nas exigências delas decorrentes que está se propondo a presente contratação.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COENGE/DIENP/SA/SG/PR	Anderson Dias Goddard (Coordenador Geral de Engenharia)

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a prestação dos serviços, a empresa Contratada deverá ter em seu quadro de funcionários, profissionais especializados, qualificados, habilitados e devidamente capacitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado, com as seguintes atribuições mínimas:

Arquiteto, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico:

- Supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
- Coleta de dados, estudo, planejamento e especificação;
- Elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos;
- Estudo de viabilidade técnica e ambiental;
- Assistência técnica, assessoria e consultoria;
- Vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;
- Assistência à execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico;
- Apoio e orientação técnica quanto ao cumprimento de normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental.

Técnico em Edificações - Orçamentista:

- Análise e interpretação de projetos;
- Levantamento de quantitativos de materiais e serviços;
- Planejamento da execução de obras e serviços de engenharia;
- Elaboração de orçamento, especificações técnicas e acompanhamento dos gastos.

Técnico em Edificações:

- Levantamento de projeto *as built*;
- Elaboração de projetos, especificações e orçamentos;
- Acompanhamento e apoio técnico de montagem e instalação de máquinas e equipamentos;
- Planejamento, acompanhamento e apoio técnico na realização de manutenções, serviços de engenharia e obras;
- Apoio técnico no desenvolvimento de processos de fabricação e montagem;
- Elaboração de documentação técnica (relatórios, laudos, vistorias, dentre outros);
- Assistência técnica na aquisição e utilização de insumos e equipamentos especializados;
- Apoio e orientação técnica quanto ao cumprimento de normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental.

Técnico em Refrigeração e Ar condicionado:

- Levantamento de projeto *as built*;
- Elaboração de projetos, especificações e orçamentos;
- Acompanhamento e apoio técnico de montagem e instalação de máquinas e equipamentos;
- Planejamento, acompanhamento e apoio técnico na realização de manutenções, serviços de engenharia e obras;
- Apoio técnico no desenvolvimento de processos de fabricação e montagem;
- Elaboração de documentação técnica (relatórios, laudos, vistorias, dentre outros);
- Assistência técnica na aquisição e utilização de insumos e equipamentos especializados;
- Apoio e orientação técnica quanto ao cumprimento de normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental.

Técnico em Eletrotécnica

- Levantamento de projeto *as built*;
- Elaboração de projetos, especificações e orçamentos;
- Acompanhamento e apoio técnico de montagem e instalação de máquinas e equipamentos;
- Planejamento, acompanhamento e apoio técnico na realização de manutenções, serviços de engenharia e obras;
- Apoio técnico no desenvolvimento de processos de fabricação e montagem;
- Elaboração de documentação técnica (relatórios, laudos, vistorias, dentre outros);
- Assistência técnica na aquisição e utilização de insumos e equipamentos especializados;
- Apoio e orientação técnica quanto ao cumprimento de normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental.

Técnico em Máquinas e Mecânica:

- Levantamento de projeto *as built*;
- Elaboração de projetos, especificações e orçamentos;
- Acompanhamento e apoio técnico de montagem e instalação de máquinas e equipamentos;
- Planejamento, acompanhamento e apoio técnico na realização de manutenções, serviços de engenharia e obras;
- Apoio técnico no desenvolvimento de processos de fabricação e montagem;
- Elaboração de documentação técnica (relatórios, laudos, vistorias, dentre outros);
- Assistência técnica na aquisição e utilização de insumos e equipamentos especializados;
- Apoio e orientação técnica quanto ao cumprimento de normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental.

De acordo com as atribuições definidas, os profissionais devem possuir a seguinte formação/qualificação mínima:

TABELA 2-a: Qualificação Profissional

CARGO	QUANT	Formação/Qualificação mínima
<b>Arquiteto</b>	02	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Graduação em Arquitetura e Urbanismo;</li> <li>- Prática na elaboração de desenhos técnicos arquitetônicos;</li> <li>- Conhecimentos de sistemas BIM e REVIT;</li> <li>- Facilidade de gestão de equipes e projetos;</li> <li>- Conhecimento de leis trabalhistas nos termos exigidos para a gerência das categorias profissionais contempladas neste certame;</li> <li>- Comprovação de experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de formação (Tabela 2-b).</li> </ul>
<b>Engenheiro</b> <b>(1) Eletricista</b> <b>(1) Civil</b> <b>(1) Mecânico</b>	03	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Graduação em Engenharia nas respectivas áreas exigidas;</li> <li>- Prática na elaboração de desenhos técnicos;</li> <li>- Conhecimentos de sistemas BIM e REVIT;</li> <li>- Facilidade de gestão de equipes e projetos;</li> <li>- Conhecimento de leis trabalhistas nos termos exigidos para a gerência das categorias profissionais contempladas neste certame;</li> <li>- Comprovação de experiência de no mínimo 2 (dois) anos na área de formação (Tabela 2-b).</li> </ul>
<b>Técnico em Edificações - Orçamentista</b>	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Médio completo;</li> <li>- Curso técnico em edificações;</li> <li>- Conhecimentos básicos de projetos de arquitetura e engenharia;</li> <li>- Conhecimentos de sistema CAD ou REVIT;</li> <li>- Conhecimento específico em orçamento serviços na Administração Pública, levantamento, cotação de preços e descrição de materiais;</li> <li>- Conhecimento de legislação, normativos e procedimentos licitatórios de serviços de engenharia;</li> <li>- Conhecimentos de informática para a edição de textos e a elaboração de planilhas;</li> <li>- Conhecimento em orçamento de obras e serviços de engenharia e arquitetura aplicados ao setor público;</li> </ul>

		- Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na área de edificações, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
<b>Técnico em Edificações</b>	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Médio completo;</li> <li>- Curso técnico em edificações;</li> <li>- Prática na elaboração de desenhos técnicos, maquetes eletrônicas e modelos virtuais;</li> <li>- Conhecimentos de sistema CAD ou REVIT com experiência na produção de pranchas de desenhos;</li> <li>- Conhecimentos básicos de projetos de arquitetura e engenharia;</li> <li>- Conhecimento específico em orçamento de serviços na Administração Pública, levantamento /cotação de preços e descrição de materiais;</li> <li>- Conhecimento de legislação, normativos e procedimentos licitatórios para a gestão pública;</li> <li>- Conhecimentos de informática para a edição de textos e a elaboração de planilhas;</li> <li>- Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na área de edificações, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;</li> </ul>
<b>Técnico em Eletrotécnica</b>	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Médio completo;</li> <li>- Curso técnico em eletricidade/eletrotécnica;</li> <li>- Prática na elaboração de desenhos técnicos, maquetes eletrônicas e modelos virtuais;</li> <li>- Conhecimentos de sistema CAD ou REVIT com experiência na produção de pranchas de desenhos;</li> <li>- Conhecimentos básicos de projetos de arquitetura e engenharia;</li> <li>- Curso de NR-10 dentro da validade (Sistema Elétrico de Potência), NR33 (trabalho em locais confinados), NR35 (trabalho em altura) e expertise de serviços no cargo de eletricitista, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, instalações elétricas, comandos elétricos ou similar;</li> <li>- Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo de eletricitista, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.</li> </ul>
<b>Técnico em refrigeração e ar condicionado</b>	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Médio completo;</li> <li>- Curso técnico em ar condicionado;</li> <li>- Prática na elaboração de desenhos técnicos, maquetes eletrônicas e modelos virtuais;</li> <li>- Conhecimentos de sistema CAD ou REVIT com experiência na produção de pranchas de desenhos;</li> <li>- Conhecimentos básicos de projetos de arquitetura e engenharia;</li> <li>- Curso de NR-10 dentro da validade (Sistema Elétrico de Potência);</li> <li>- Conhecimentos básicos de projetos de ventilação e condicionamento de ar;</li> <li>- Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na área de ar condicionado, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Médio completo;</li> <li>- Curso técnico em máquinas/mecânica;</li> </ul>

<b>Técnico em Máquinas e Mecânica</b>	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prática na elaboração de desenhos técnicos, maquetes eletrônicas e modelos virtuais;</li> <li>- Conhecimentos de sistema CAD ou REVIT com experiência na produção de pranchas de desenhos;</li> <li>- Conhecimentos básicos de projetos de arquitetura e engenharia;</li> <li>- Conhecimentos básicos de projetos de máquinas mecânicas, sistemas de bombeamentos, de GLP, de aquecimento, de elevadores e prevenção e combate a incêndio;</li> <li>- Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na área, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.</li> </ul>
---------------------------------------	----	--

TABELA 2-b Detalhamento das exigências/comprovação

Atividade	Requisito
Para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos:	<p>1– diploma do curso de graduação conforme a área de concentração do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;</p> <p>2 – cópia da carteira de trabalho e previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa;</p> <p>3– declaração do empregador com o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego;</p>
Para exercício de atividade /instituição pública: será necessário o envio da imagem legível de dois documentos:	<p>1 – diploma do curso de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;</p> <p>2 – declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição ou da autoridade competente, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas, em consonância com as atividades a serem desempenhadas neste Termo de Referência;</p>
Para exercício de atividade /serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessário o envio da imagem legível de três documentos:	<p>1 – diploma de graduação conforme a área/especialidade do cargo a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;</p> <p>2 – contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o profissional e o contratante; e</p> <p>3 – declaração do contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;</p>
Para exercício de atividade /serviço prestado como autônomo: será necessário envio da imagem legível de três documentos:	<p>1 – diploma de graduação conforme a área/especialidade a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso;</p> <p>2 – recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo; e</p> <p>3 – declaração do contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades.</p>

Os profissionais de nível superior deverão ser capazes de conduzir as obras realizadas na Presidência enfrentando, eventualmente, diversas peculiaridades do órgão tais como: estruturas antigas, áreas tombadas, existência de obras de arte agregadas à estrutura, demandas atípicas de altas autoridades, execução de serviços sem paralisação dos demais serviços, etc. Tais profissionais deverão ainda responsabilizar-se por relatórios auxiliares de fiscalização dos contratos da Coordenação-Geral de Engenharia da Presidência da República. Desse modo, 2 anos é um período relativamente curto e não busca restringir o certame. Pelo contrário, ele permite que profissionais entrantes no mercado, com uma mínima experiência, sejam devidamente remunerados dentro do piso salarial da sua categoria profissional.

Os projetos, orçamentos ou relatórios técnicos produzidos por esses profissionais, por vezes, compõem as peças técnicas de processos licitatórios, sendo necessário o registro oficial da responsabilidade técnica dos profissionais para apurar eventuais irregularidades ou falhas futuras. Com isso, os cargos de Arquiteto e Engenheiro (Eletricista, Civil e Mecânico) estão obrigados ao recolhimento, respectivamente, de RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

Caberá a **um** profissional de nível superior (Arquiteto, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Civil ou Engenheiro Mecânico):

Supervisionar e coordenar os demais profissionais da empresa no decorrer da prestação dos serviços contratados, sem prejuízo das atividades técnicas sob sua responsabilidade;

Exercer serviços especializados de Segurança do Trabalho, em consonância com a Lei 7.410, de 27 de novembro de 1985 e demais legislações específicas vigentes;

5.1.4.2.1. Para comprovação deste item, o Engenheiro ou Arquiteto designado deverá portar certificado de conclusão do curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País, em nível de pós-graduação (Inciso I, Artigo 1º da Lei 7.410/85).

Os projetos de arquitetura e complementares devem atender à NBR 9050 (atualizada em 11/09/2015), que trata de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Os serviços técnicos de arquitetura e engenharia deverão ser executados guiados pelas disposições das orientações técnicas pertinentes, prescritos nos dispositivos das Normas ABNT aplicáveis à projetos de arquitetura e engenharia;

Os serviços técnicos orçamentários deverão ser executados em conformidade com as atribuições pertinentes à área de procedimentos licitatórios, orçamentários e contábeis, prescritos nos dispositivos legais e normativos (Lei de Licitações e Contratos e afins).

Os serviços de apoio técnico de arquitetura e engenharia deverão ser executados considerando a elaboração de Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo no âmbito das instalações prediais e equipamentos do complexo da Presidência da República.

A Contratada deverá submeter à apreciação da Contratante, imediatamente após o início da execução do contrato, o Plano de Ação "inicial" para execução dos serviços, do qual deverá constar necessariamente a composição das equipes de trabalho e a função a ser exercida por cada um de seus membros dentro dos parâmetros estabelecidos nesse Termo de Referência;

Trata-se de serviço comum, a ser executado em subsídio às atividades regimentais da COENGE/PR, e portanto, continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A Contratada deve relacionar práticas de sustentabilidade no planejamento e elaboração dos projetos, e deverá também observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

A Contratada deve planejar e elaborar projetos de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia, por meio de estudos e ações em busca de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Não há necessidade de qualquer transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas já que a equipe da COENGE/PR possui todo o conhecimento necessário para o início da execução dos serviços.

A solução adotada abrange qualquer empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, desde que ela disponha de efetivo suficiente para exercer mão-de-obra exclusiva na Presidência da República. Não há qualquer restrição a fornecedores, com exceção da exigência de capacidade técnica. Isso é necessário, já que, devido às peculiaridades do setor público relacionadas

a processos, orçamentos, modalidades de aquisição de bens e serviços, etc, é necessário que a empresa apresente experiência na prestação de serviços nesse setor.

Para a prestação dos serviços, a empresa Contratada deverá ter em seu quadro de funcionários, profissionais especializados e devidamente qualificados, habilitados e devidamente capacitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado. A Contratada deverá ter, no mínimo, os seguintes profissionais para a execução em regime de mão-de-obra exclusiva na PR:

TABELA 3: Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

Item	Posto de Trabalho	Jornada de Trabalho	Período	Qtde. Postos	CBO
1	Arquiteto	44 hs	Diurno	2	2141
2	Engenheiro <i>Eletricista</i> <i>Civil</i> <i>Mecânico</i>	44 hs	Diurno	3	2141
3	Projetista -Técnico em Edificações	44 hs	Diurno	2	3121
4	Técnico em refrigeração e ar condicionado	44 hs	Diurno	1	3183
5	Técnico em Eletrotécnica e Eletromecânica	44 hs	Diurno	1	3131
6	Técnico em Máquinas e Mecânica	44 hs	Diurno	1	3183

## 5. Levantamento de Mercado

A solução trata de mão de obra exclusiva para a prestação de serviços. Não foram identificadas soluções alternativas no mercado. A solução foi adotada em função do contrato já vigente na COENGE, de objeto similar (CT 54/2020)

A solução adotada abrange qualquer empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, desde que ela tenha efetivo suficiente para exercer tais serviços com mão-de-obra exclusiva na Presidência da República.

Não há qualquer restrição a fornecedores, com exceção de eventual capacidade técnica a ser exigida no Termo de Referência. Isso é necessário, já que, apesar da natureza comum dos serviços, é necessário que a empresa apresente experiência na prestação de serviços a órgão público, com pleno conhecimento das suas peculiaridades. A empresa deverá ter experiência em orçamentos e gastos públicos, gestão de processos, planejamento de contratações de bens/serviços por meio de processos licitatórios, operacionalização de contratos com mão de obra exclusiva e seus impactos no serviço público, etc. Esse serviço será prestado com altíssima interdependência com os contratos atualmente sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Engenharia da Presidência da República (COENGE/PR). É necessário que a empresa tenha conhecimento e experiência na aplicação da legislação específica para o setor público, incluindo as Normas Internas da Presidência da República, para que a execução dos serviços não incorra em ilegalidades.

A solução foi adotada de acordo com a necessidade de apoio aos seguintes contratos vigentes nessa Coordenação Geral de Engenharia, dentre outros:

Processo SEI/PR nº 00059.000381/2018-99 - Empresa de engenharia especializada na prestação de serviços continuados de operação e periódicos de **manutenção** preventiva, corretiva e preditiva nos **sistemas de energia** elétrica de baixa e média tensão, com seus respectivos sistemas de controle e proteção, sistemas de fornecimento próprio de energia elétrica ininterrupta, sistemas de geração própria de energia elétrica de emergência, redes estabilizadas, instalações e circuitos elétricos com controle, proteção, supervisão e automação, subestações, bancos de capacitores, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, sistemas de aterramento, equipamentos de reúso de água, sistemas de irrigação, máquinas e equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, bem como modificação, adequação e ampliação das instalações elétricas internas e externas das edificações do Complexo da Presidência da República com o fornecimento de profissionais especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços;

Processo SEI/PR nº 00059.000335/2020-12 - Empresa especializada para executar os serviços continuados de **manutenção** preventiva e corretiva das **instalações prediais e mobiliários**, bem como de outros serviços correlatos necessários às edificações da Presidência da República e suas unidades residenciais funcionais, localizadas no Distrito Federal;

Processo SEI/PR nº 00059.000379/2018-10 - Serviços técnicos de **manutenção** preventiva e corretiva nas principais **instalações mecânicas e eletromecânicas** da Presidência da República, em equipamentos diversos e respectivos acessórios, relacionados ao transporte de fluidos em geral (compressores, ventiladores, exaustores, bombas e conjuntos moto-bomba e afins), e ao armazenamento, distribuição e consumo de gás GLP.

Processo SEI/PR nº 00059.000332/2020-71 - Empresa especializada para prestação dos serviços continuados de operação, **manutenção** e assistência técnica dos equipamentos e instalações de **ar-condicionado**, refrigeração, prevenção, detecção e combate a incêndio, bem como de automação predial com fornecimento de mão-de-obra, peças, equipamentos, ferramentas e materiais nas diversas edificações ocupadas pela Presidência da República, em Brasília-DF.

Para a presente contratação foi considerado o Edital do Pregão Eletrônico nº 122/15 da Câmara Legislativa, cujo objeto é a prestação de serviços continuados nas áreas de orçamento, fiscalização, segurança do trabalho, projeto e design, em **apoio aos engenheiros e arquitetos** da Câmara dos Deputados.

## 6. Descrição da solução como um todo

### DETALHAMENTO DO SERVIÇO

Fiscalização da legalidade dos serviços prestados na Presidência da República sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Engenharia, tais como a obediência:

1. Às normas e especificações constantes no Contrato;
2. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
3. Às disposições legais da União;
4. Às disposições emanadas pelo Governo do Distrito Federal;
5. Às normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal pertinentes ao tema;
6. Às prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos elétricos;
7. Às Normas Internacionais, no caso da falta de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

Fiscalização da regularidade dos serviços prestados na Presidência da República, tais como:

1. Uso de crachás e uniformes;
2. Uso de Equipamentos de Proteção Individual;
3. Qualificação, especialização e habilitação dos profissionais;
4. Cumprimento de Ordens de Serviço com qualidade e tempestividade;
5. Cumprimento de cronogramas de execução das manutenções.

Relativamente a Serviços de Estrutura:

1. Estudos e projetos de alteração de layouts;
2. Elaboração de logística de execução, com estudos dos impactos na continuidade dos serviços públicos;
3. Projetos de reforma em geral;
4. Estudos de luminosidade natural;
5. Dimensionamento de novas cargas (elétrica, mecânica, térmica, hidráulica, etc);



6. Análise de Laudos Técnicos relacionados a danos estruturais (fissuras e trincas);
7. Identificação de excesso de carga, uso indevido de estruturas, etc.
8. Avaliação da qualidade e celeridade dos serviços corretivos de reboco, pintura, revestimento cerâmico, revestimento vinílico em pisos, revestimento em madeira, cimentado, carpete, piso em paralelepípedo, pedra portuguesa, revestimento em mármore e granito, forro de gesso, forros em geral;
9. Elaboração e acompanhamento de cronogramas para a execução de serviços de reparos;
10. Acompanhamento da execução das Ordens de Serviço emitidas para as empresas prestadoras de serviços de manutenção;
11. Previsão dos impactos da execução dos serviços na eventual interrupção de serviços interdependentes;

Relativamente aos Sistemas Mecânicos e Eletromecânicos:

1. Inspeção e análise de relatórios técnicos dos sistemas de transporte de fluido em geral, tais como compressores, exaustores, ventiladores, bombas e conjuntos moto-bombas, etc;
2. Verificação da segurança do sistema de armazenamento e distribuição de gás GLP, individual e a granel;

Relativamente ao sistema/instalações de energia elétrica:

1. Estudos e projetos elétricos em geral;
2. Avaliação da qualidade da manutenção dos painéis gerais de distribuição de baixa tensão;
3. Verificação periódica do estado geral de disjuntores, lâmpadas, reatores, relés, tomadas, interruptores, etc;
4. Avaliação da limpeza geral dos quadros;
5. Análise dos relatórios com as medidas de resistência de aterramentos, com propostas de melhorias;
6. Avaliação da situação atual dos cabos de alimentação (organização, identificação, etc) nos painéis;
7. Avaliação da qualidade/limpeza dos barramentos e conexões;
8. Avaliação do relatório com tabela de corrente medida e permitida;
9. Avaliação da organização, identificação e manutenção das fiações;
10. Avaliação da qualidade e segurança do sistema elétrico geral;
11. Avaliação das conexões, cabos, quadros e demais componentes mecânicos do sistema;
12. Avaliação da limpeza dos equipamentos elétricos;
13. Inspeção dos painéis de emergência;
14. Verificação do estado dos armários (dobradiças, limpeza, organização das chaves, etc);
15. Avaliação da segurança, funcionamento e organização dos quadros de distribuição de energia dos andares;
16. Avaliação da eficácia da identificação de disjuntores com aquecimento anormal;
17. Acompanhamento da aferição de tensões e correntes, por amostragem;
18. Verificação da qualidade das identificações nos painéis de energia;
19. Avaliação das condições gerais de rotinas de manutenção dos grupos geradores ;
20. Análise do relatório técnico e acompanhamento da manutenção preventiva e corretiva de todo sistema elétrico;
21. Verificação do relatório técnico de aferição dos amperímetros, frequencímetros e voltímetros dos grupos geradores;
22. Acompanhamento da manutenção dos sistemas para-raios e aterramento (estado dos cabos, medição da resistência, etc);
23. Avaliação dos procedimentos de segurança da manutenção (uso de EPI's, desconexão prévia do banco de baterias dos nobreaks, estado geral das conexões, limpeza, etc);
24. Análise dos relatórios de inspeção periódica em subestações e barramentos blindados.

Relativamente a Alvenaria:

1. Inspeção em pisos, paredes, peitoris, soleiras, ralos, peças sanitárias, bordas de banheiras, chaminés, grelhas de ventilação e outros elementos;
2. Inspeção em rufos, para-raios, antenas, esquadrias, elementos decorativos, etc;
3. Inspeção em calhas, telhas, exaustores, protetores térmicos, fixadores e vedantes;
4. Inspeção em revestimentos cerâmicos, pavimentos intertravados, calçadas em concreto, calçadas em pedra portuguesa, etc;
5. Avaliação do sistema de impermeabilização das lajes, atestando a necessidade de reparos (infiltrações e proteção mecânica).

Relativamente a Hidráulica:

1. Avaliação do estado de conservação e manutenção dos banheiros (torneiras, descargas, bacias sanitárias, mictórios, pressões dos equipamentos de lavagem e sanitários);
2. Verificação do funcionamento das bombas, sistemas de irrigação, conjuntos moto bombas, tubulações, aspersores, poços e colunas de água potável;
3. Conferência periódica dos níveis dos reservatórios subterrâneos, bem como do estado de sua manutenção e limpeza;

4. Análise de relatórios de manutenção do sistema e parecer quanto as soluções propostas;
5. Avaliação do estado dos poços de visita, caixas de passagem de gordura e bocas de lobo dos sistemas de água servida;
6. Avaliação dos relatórios de análise da qualidade da água, com parecer sobre as medidas de melhoria propostas.

Relativamente a Marcenaria:

1. Avaliação do estado das estruturas de madeira dos telhados das coberturas, das esquadrias de madeira, dos forros de madeira, etc;
2. Inspeção da qualidade das instalações, tais como, fixação de parafusos, fechaduras, dobradiças, puxadores e roldanas das esquadrias de madeira;

### Relativamente a Pintura:

1. Inspeção periódica em áreas externas e internas do Complexo da PR;
2. Verificação da necessidade de execução de serviços de pintura em forros de banheiros, paredes e tetos, esquadrias, etc.

Relativamente a Serralheria:

1. Verificação da necessidade de execução de serviços de serralheria em áreas com oxidação;
2. Verificação da limpeza das esquadrias metálicas;
3. Identificação de defeitos em dobradiças, maçanetas, fechaduras, etc.

Relativamente a Tapeçaria:

1. Verificação do estado de conservação das cortinas, estofados, etc.

Relativamente a Vidraçaria:

1. Verificação da integridade de vidros, sistemas de molas e dobradiças, vedações, películas, etc

Relativamente ao Sistema de Ar Condicionado:

1. Estudos e projetos de ar condicionado em geral;
2. Dimensionamento e (re)distribuição de cargas;
3. Estudos, análises e avaliações do atual sistema, com propostas de melhorias e modernização;
4. Análise dos relatórios técnicos do sistema de automação e supervisão predial;
5. Análise dos relatórios de medição do sistema, tais como, pressão de entrada e saída (água gelada, água na torre, água de condensação do gás refrigerante), e registros de temperatura (água na torre, gás refrigerante);
6. Inspeção geral (drenos, vazamentos, termômetros, manômetros, etc);
7. Análise de relatórios técnicos de manutenção em ar condicionado;
8. Inspeção nas centrais de ar condicionado (torres, bombas, "Chiller", "Self-Contained", fancolete, "Split System", Fancoil, exaustores, quadros elétricos das salas de fancoil, etc);
9. Análise de relatórios de qualidade do ar interior.

*Detalhamento das exigências/comprovações* Os profissionais de nível superior deverão ser capazes de conduzir as obras realizadas na Presidência enfrentando, eventualmente, diversas peculiaridades do órgão tais como: estruturas antigas, áreas tombadas, existência de obras de arte agregadas à estrutura, demandas atípicas de altas autoridades, execução de serviços sem paralisação dos demais serviços, etc. Tais profissionais deverão ainda responsabilizar-se por relatórios auxiliares de fiscalização dos contratos da Coordenação-Geral de Engenharia da Presidência da República. Desse modo, 2 anos é um período relativamente curto e não busca restringir o certame. Pelo contrário, ele permite que profissionais entrantes no mercado, com uma mínima experiência, sejam devidamente remunerados dentro do piso salarial da sua categoria profissional.

Os projetos, orçamentos ou relatórios técnicos produzidos por esses profissionais, por vezes, compõem as peças técnicas de processos licitatórios, sendo necessário o registro oficial da responsabilidade técnica dos profissionais para apurar eventuais irregularidades ou falhas futuras. Com isso, os cargos de Arquiteto e Engenheiro (Eletricista, Civil e Mecânico) estão obrigados ao recolhimento, respectivamente, de RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1 (um) serviço comum de engenharia em apoio à Coordenação Geral de Engenharia, com a seguinte descrição:

Grupo	Item	Posto de Trabalho	Qtde.
1	1	Arquiteto	2
	2	Engenheiro - Civil Engenheiro - Mecânico Engenheiro - Eletricista	3
	3	Técnico em Edificações - Projetista Técnico em Edificações - Orçamentista	2
	4	Técnico - Eletrotécnica Técnico - Ar Condicionado Técnico - Máquinas e Mecânica	3

O quantitativo contratado foi calculado considerando-se as demandas da COENGE para desempenhar todas as atribuições nas respectivas áreas, relacionadas aos contratos ativos sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Engenharia.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

SERVIÇOS					
Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	MENSAL	ANUAL
1	Serviços de Engenharia	22225	1 serviço (12 meses)	R\$ 124.714,07	R\$ 1.496.568,84
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				Valor Mensal	Valor Global
				R\$ 124.714,07	R\$ 1.496.568,84

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto é indivisível já que trata-se de um único item (serviços comuns de engenharia).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Todos os contratos de serviços vigentes na Coordenação Geral de Engenharia da Presidência da República possuem, de certa forma, relação com a atual contratação. Esse tipo de objeto já está presente na COENGE por meio da prestação de serviços pela empresa JC Diehl (processo SEI nº 00059.000270/2020-05);

Os contratos relacionados que estão sendo executados atualmente são, dentre outros:

Processo SEI/PR nº 00059.000381/2018-99 - Empresa contratada: RCS Tecnologia Ltda; objeto: Prestação de serviços de operação e manutenções preventivas, corretivas e preditivas em sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão e seus sistemas de controle, proteção, supervisão e automação, sistemas ininterrupto de energia, moto geradores, bancos de capacitores, sistemas de aterramento, de proteção contra descargas atmosféricas, de reuso de água, de irrigação, incluindo equipamentos elétricos, eletromecânicos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, além de executar melhorias nas instalações elétricas das dependências da Presidência da República com o fornecimento de profissionais especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos adequados e necessários para a execução dos serviços, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

Processo SEI/PR nº 00059.000379/2018-10 - Empresa contratada: POLI Engenharia Ltda; objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas instalações mecânicas e eletromecânicas da Presidência da República;

Processo SEI/PR nº 00059.000650/2015-74 (00059.000333/2020-15) - Empresa contratada: MRD Ltda-ME; objeto: Prestação de serviços de desmontagem e montagem de paredes divisórias, de lambris, de isolamento acústico, portas e demais serviços correlatos, incluindo serviços de forros de gesso e PVC, bem como de parede de gesso, com o fornecimento dos materiais para atender à Presidência da República;

Processo SEI/PR nº 00059.000785/2015-30 (00059.000332/2020-71) - Empresa contratada: Eletrodata Engenharia; objeto: Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais e mobiliários, bem como de outros serviços correlatos necessários às edificações da Presidência da República e suas unidades residenciais funcionais, localizadas no Distrito Federal, com o fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, transporte, máquinas e equipamentos;

Processo SEI/PR nº 00059.000706/2015-91 (00059.000332/2020-71) - Empresa contratada: ENTHERM Engenharia de Sistemas Termomecânicos Ltda; objeto: Prestação de serviços de serviços continuados de operação, manutenção e assistência técnica dos equipamentos e instalações de ar-condicionado, refrigeração, prevenção, detecção e combate a incêndio, bem como de automação predial com fornecimento de mão-de-obra, peças, equipamentos, ferramentas e materiais nas diversas edificações ocupadas pela Presidência da República, em Brasília-DF;

Processo SEI/PR nº 00059.000484/2019-30 - Empresa contratada: Rafael da Silva Gabriel; objeto: Fornecimento e instalação, sob demanda, de persianas verticais e horizontais, cortinas e cortinas tipo rolo e bandôs.

A título de aperfeiçoamento do Termo de Referência, foram analisadas as seguintes contratações similares:

- Pregão Eletrônico nº 1/2019 - Ministério das Relações Exteriores (Documentos 2542793 e 2542797);
- Pregão Eletrônico nº 24/2021 - Marinha do Brasil (Documentos 2542798);
- Pregão Eletrônico nº 02/2013 - Receita Federal do Brasil (Documento 2542803).

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada à orientação da Secretaria de Administração de “*atuar como facilitadora / provedora no atendimento às demandas técnicas e administrativas dos órgãos da PR, com qualidade, tempestividade, economia e suficiência*” (Relatório de Gestão) e “*atuar com excelência no “aperfeiçoamento da gestão administrativa”*” (mapa estratégico 2018 a 2023). Tal contratação alinha-se também ao processo interno de “*aprimorar a governança administrativa e de controle dos órgãos da Presidência da República - PR*”, mais especificamente na atividade de “*Viabilizar recursos logísticos adequados*” constantes do Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico da SEGOV 2017-2022.

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na Unidade Gestora UG 110001 – Secretaria de Administração/Presidência da República (S.A/PR), PAC-2022, itens 4 e 11.

Orgão	UASG	Ano do Plano	Nº Item	Tipo do item	Subitem	Código do item	Descrição	Descrição sucinta do objeto
020101	110001	2022	11	Serviço	CONTINUADO	22225	SERVICO ENGENHARIA	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, com dedicação exclusiva de mão de obra, para as funções de Arquiteto, Projetista-Técnico em Edificações, Técnico em refrigeração e ar condicionado, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Máquinas e Mecânica, em apoio à Coordenação-Geral de Engenharia da Presidência da República (COENGE), na melhoria contínua, estudo, planejamento, desenvolvimento, execução, acompanhamento e fiscalização de projetos e serviços de engenharia, no âmbito do Complexo de Edificações da Presidência da República, incluindo as residências oficiais e apartamentos funcionais

## 12. Resultados Pretendidos

Esses serviços de apoio serão responsáveis pela produção de documentos fundamentais na operacionalização dos atuais contratos vigentes na Coordenação Geral de Engenharia da Presidência da República. Com isso, estima-se um aumento na eficiência da gestão dos gastos públicos, já que ocorrerá a redução dos imprevistos e demandas desnecessárias.

Planejando as reformas prediais, tem-se uma redução do tempo de execução e, por conseguinte, uma redução do tempo de interrupção das áreas afetadas. Isso terá um ganho indireto sobre a produtividade do servidor que ocupa aquela área de trabalho. Também haverá um ganho na saúde, segurança e bem-estar do servidor/colaborador da Presidência da República por trabalhar em um ambiente planejado, bem dimensionado, adaptado às suas necessidades e com alto padrão de qualidade ambiental.

Os resultados pretendidos serão mensurados a partir da aplicação do IMR, conforme a seguinte tabela:

Instrumento de Medição de Resultado - IMR							
Nº	Indicadores	Descrição /Finalidade	Meta a cumprir	Instrumento de medição	Periodicidade	Pontos	Pontos obtidos
1	Prazo na execução do serviço	Execução das Ordens de Serviço	Prazo	Encerramento das OS's dentro do prazo estipulado	Diária	1/OS (Máximo -10)	
2	Prazo na execução do serviço	Emissão de Relatórios de Serviços	Prazo /Conteúdo	Entrega de relatórios dentro do prazo e devidamente aprovado pelo Fiscal do Contrato	Mensal	1-5	

3	Prazo na execução do serviço	Emissão de Relatórios de Fiscalização	Prazo /Conteúdo	Entrega de relatórios dentro do prazo e devidamente aprovado pelo Fiscal do Contrato	Mensal	1-5	
4	Qualidade na execução do serviço	Serviços em Módulos	Conteúdo	Conclusão das etapas (E1 a E7) dos serviços, de acordo com a pontuação estimada	Mensal	1-40	
5	Qualidade na execução do serviço	Saúde e Segurança do Colaborador	Materiais	Não utilização dos equipamentos de proteção individuais – EPI's	Mensal	1-5	
6	Conformidade	Especificações do Termo de Referência	Dispositivos Legais	Serviços fora das normas e especificações listadas neste Termo de Referência (sem prejuízo de eventuais sanções)	Diária	1-5	
7	Procedimentos administrativos	Substituição de profissional ausente	Nº Postos de trabalho	Não cobertura os postos de trabalhos	Diária	1-5	
8	Procedimentos administrativos	Encargos Trabalhistas e documentações	Prazo / Pagamentos	Pagamentos fora dos prazos acordados pela Fiscalização do Contrato ou com documentação apresentada em desacordo com o pactuado	Mensal	1-25	
NOTA NO MÊS						total de pontos	

### 13. Providências a serem Adotadas

Atualmente tais serviços já estão sendo prestados na Presidência da República. A transição contratual deverá ser automática, absorvendo-se o maior número possível da mão-de-obra já existente.

O início da execução dos serviços deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato.

Da transição contratual:

Considerando a atual estrutura da Coordenação Geral de Engenharia da Presidência da República, não haverá necessidade de adequações significativas no ambiente de trabalho.

Eventuais equipamentos (computadores, impressoras, etc) e infraestrutura (estações de trabalho) já são providenciados pela própria Administração Pública. Considerando a estrutura (incluindo equipamentos) já existente nessa coordenação, não haverá necessidade de adequações.

Os servidores da área possuem capacitação suficiente para a condução desses serviços, que poderá ser comprovada pelo próprio volume de contratos interdependentes vigentes.

Alocação de efetivos:

Devido a um aumento no quadro de colaboradores em relação ao contrato atual (54/2020), será cumprido o seguinte prazo e condições, para alocação do profissional no contrato:

A Contratada deverá iniciar os serviços com o quantitativo do contrato vigente (CT nº 54/2020), de acordo com a seguinte tabela:

Posto de Trabalho	Qtde. Postos
Arquiteto	1
Técnico em Edificações	2
Técnico em refrigeração e ar condicionado	1
Técnico em Eletrotécnica	1
Técnico em Máquinas e Mecânica	1

A Contratada terá 30 (trinta) dias para a contratação dos postos adicionais, em observação à tabela abaixo:

Posto de Trabalho	Qtde. Postos
Arquiteto	2
Engenheiro (3)	3
Técnico Edificações	2
Técnico refrigeração e ar condicionado	1
Técnico Eletrotécnica	1
Técnico Máquinas e Mecânica	1

A complementação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos

1. reunião inicial com gestores e fiscais do contrato;
2. 10 (dez) dias para apresentação dos currículos e comprovação de experiência profissional na área de atuação;
3. 10 (dez) dias para substituição de candidatos, de acordo com avaliação da Contratante;
4. 10 (dez) dias para efetivação da contratação e apresentação da CTPS assinada e demais documentos pertinentes.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A Contratada deve relacionar práticas de sustentabilidade no planejamento e elaboração dos projetos, e deverá também observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República. Deve também, conforme art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, elaborar projetos de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia, por meio de estudos, planejamentos e ações em busca de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Com tais ações, diante da melhora do planejamento das ações da Coordenação Geral de Engenharia da Presidência da República, espera-se uma significativa melhoria na redução dos impactos ambientais decorrentes de obras e serviços de engenharia realizados atualmente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que já existe um contrato ativo na COENGE/P com iguais características, acrescentando-se as demandas reprimidas, julgamos viável a presente contratação.

## 16. Responsáveis

00059.000660/2021-58

FERNANDO HENRIQUE NEVES

Coordenador

00059.000660/2021-58

CRISTIANO ELIAS CARDOSO

Analista

00059.000660/2021-58

PAULO ANDRE DE CARVALHO FERREIRA

Engenheiro



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - lucros e custos indiretos.xlsx (11.41 KB)
- Anexo II - CFP\_Apoio\_a\_Engenharia.xlsx (347.89 KB)
- Anexo III - SEI\_PR - 0497655 - Nota Técnica.pdf (1.18 MB)

**Anexo III - SEI\_PR - 0497655 - Nota Técnica.pdf**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA CONTÍNUA

Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR

Assunto: **Orientações para aperfeiçoamento nas contratações de serviços terceirizados nas unidades vinculadas à Presidência da República**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Com a edição do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, foi criada, na estrutura da Secretaria de Controle Interno (CISSET/SG/PR), a Coordenação-Geral de Auditoria Contínua, responsável por realizar testes e avaliações em tempo real, utilizando informações disponíveis em sistemas informatizados para acompanhar processos de modo a auxiliar a gestão das Unidades na identificação de situações de risco e no incremento de seus controles internos. A Auditoria Contínua tem como objetivo informar ao gestor, de forma tempestiva, situações que possam contribuir com o fortalecimento dos controles internos e melhoria dos processos de gestão.
2. Ao longo do exercício de 2017, a CISSET/SG/PR analisou por amostragem os editais publicados no âmbito dos órgãos da Presidência da República, examinando principalmente as situações que representaram maior risco para a gestão como: adequabilidade dos preços estimados, dimensionamento dos serviços/materiais, critérios para mensuração dos serviços, existência de cláusulas de restrição de competitividade e composição dos termos de referência.
3. Nesse período, foram publicados 365 editais, sendo analisados 82 casos, num total de R\$ 201.000.000,00, o que representou 52% do montante de R\$ 389.000.000,00. As análises geraram 42 diligências com sugestão de melhoria nos editais, das quais 33 estavam relacionadas à estimativa de preço.
4. Dispondo como fulcro as diligências e a inovação trazida pela Instrução Normativa MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, quanto à imprescindibilidade do Gerenciamento de Riscos no processo licitatório, verificamos que a estimativa de preço dos serviços que envolvem mão de obra com dedicação exclusiva nos respectivos editais é um fator de risco no processo licitatório. Tendo em vista esse fator de risco, decidimos aprofundar o estudo sobre os fatores que tornam a estimativa de preço um item vulnerável.
5. Apesar de o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão apresentar conceitos e metodologias aplicáveis para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (**Orientação ENAP** - [https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-servios\\_CAPACITAO\\_28.06.17.-1.0.pdf](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-servios_CAPACITAO_28.06.17.-1.0.pdf)) e estabelecer preços mínimo e máximo para serviços de limpeza e segurança (**Valores Limites** - <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/cadernos-tecnicos-e-valores-limites>), as áreas demandantes ainda encontram dificuldade em estimar preços para os demais serviços.
6. A principal dificuldade encontrada pelos gestores para realizar a pesquisa está na utilização do Pannel de Preços e do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet). Além dessa dificuldade técnica, verificamos ainda que o gestor precisa ter conhecimento sobre Planilha de Custos e Formação de Preços, que é o documento a ser utilizado para detalhar os componentes que impactam na formação do preço de referência de cada categoria profissional.
7. Diante da necessidade de conhecimento dos módulos da Planilha de Custos, elaboramos a presente nota técnica com o objetivo de orientar o gestor na elaboração da sua própria planilha de custos, que poderá ser utilizada como método subsidiário para definir o custo máximo de uma respectiva categoria profissional, bem como de demonstrar em quais módulos há as maiores distorções nas propostas encaminhadas pelos fornecedores.
8. Preliminarmente, apresentaremos as principais dificuldades encontradas pelos gestores ao utilizarem o Pannel de Preços e o Comprasnet para estimar os preços das contratações, principalmente em função da ausência de padronização das unidades de fornecimento de serviços.
9. Em seguida, visando subsidiar os gestores na formação dos preços estimados para contratação de serviços terceirizados, analisaremos os cálculos e a legislação aplicada a cada um dos itens dos módulos e submódulos que compõem a Planilha de Custos exigida no Anexo VII-D da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017.
10. Após a apresentação dos módulos que compõem a Planilha de Custos e Formação de Preço, indicaremos as situações com maior suscetibilidade e impacto na formação dos preços, utilizando como exemplo 30 contratos de copeiragem analisados pela CISSET/SG/PR, firmados no Distrito Federal (Anexo III). Demonstraremos, ainda, inclusive, em anexo, as planilhas de custos com simulações baseadas nos índices orientados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos estudos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como na média dos índices encontrados nos respectivos contratos de copeiragem.
11. Por fim, apontaremos as vantagens para os gestores utilizarem um fator de economicidade para que seja possível identificar propostas de fornecedores com algum indicio de custos superestimados. Desse modo, a partir de um cálculo simples, esse fator permitirá à Administração Pública perceber se o custo de um posto de trabalho está dentro de parâmetros aceitáveis pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, seja na fase de pesquisa de preço, seja na fase da licitação e do encaminhamento das propostas pelo fornecedor.
12. A aplicação prática desse fator de economicidade também será demonstrada nas planilhas de simulação de custo para a categoria profissional de copeiragem (Anexo II-A e B), evidenciando o impacto das variações dos índices na formação do preço final.
13. Acreditamos que o conhecimento aprimorado da planilha de custos pelos gestores deverá resultar em contratos mais econômicos e consequentemente impactar em longo prazo no orçamento, pois são serviços de duração continuada, em regra 5 anos.

## PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS GESTORES AO UTILIZAREM O PAINEL DE PREÇOS

14. A Instrução Normativa MPDG nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
15. O artigo 2º e seus respectivos parágrafos trazem o modo como a pesquisa deve ser realizada e ainda estabelece inclusive a prioridade das fontes de pesquisa, conforme disposto a seguir:
 

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

I - Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.
16. Esses parâmetros poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser **priorizados os previstos nos incisos I e II** e demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.
17. Serão utilizados como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.
18. Como a prioridade da fonte de pesquisa de preço deve advir de contratos praticados pela Administração Pública, o Pannel de Preços constitui-se na principal ferramenta que o gestor tem para construir seu preço de referência.
19. Essa ferramenta é imprescindível para definição de preços em uma licitação, mas, quando objeto da licitação é a contratação de serviços que envolvem mão de obra, essa pesquisa se torna mais complexa, pois não há padronização das unidades de fornecimento, impossibilitando verificar o custo de cada funcionário, que é o fator que realmente interessa na estimativa do custo. Assim, talvez isso seja um dos fatores que influenciam alguns órgãos a realizarem pesquisa de preço diretamente com o fornecedor, não respeitando o § 1º do artigo 2º da Instrução Normativa supracitada.
20. É importante elucidar sobre o esforço do gestor em construir seu preço de referência quando o objeto é a contratação de serviços que envolvem mão de obra. Dessa maneira apresentamos a seguir o resultado da pesquisa no Pannel de Preços sobre serviços de copeiragem, no âmbito do Distrito Federal:

		00001/2017	00058	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	DIÁRIA (8H)	6	R\$ 216,67	BARRETOS EVENTOS PRODUCOES & TURISMO EIRELI - EPP	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL ± MPF	200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.	13/07/2017
		00001/2017	00203	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	DIÁRIA (8H)	16	R\$ 216,67	IDEE AMAZONIA COMUNICACAO INTEGRADA E PROMOcoes LTDA - EPP	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL ± MPF	200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.	13/07/2017
		00034/2016	00181	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	DIÁRIA	1	R\$ 260,05	UNA MARKETING DE EVENTOS LTDA	BANCO CENTRAL DO BRASIL - ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	179087 - BANCO CENTRAL DO BRASIL/DF	02/06/2017
		00017/2017	00002	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	UNIDADE	1	R\$ 3.319,51	J MACEDO PEREIRA - ME	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	925158 - CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	18/09/2017
		00125/2016	00001	Pregão	14397	PRESTACAO DE SERVICOS DE COPEIRAGEM	MESES	12	R\$ 3.908,33	INCONFIDENCIA LOCADORA DE VEICULOS E MAO-DE-OBRA LTDA	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	290002 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	17/10/2017

21. Nota-se que o Pannel de Preços permite encontrar os preços praticados no âmbito da Administração Pública, entretanto a área demandante precisará de tempo e estudo para encontrar o preço de mercado para um determinado serviço, porque, como no caso concreto acima, a área só conseguirá fazer a correlação dos preços entre as diversas unidades de fornecimento se for ao Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass>, em “consulta de Atas de Pregão”, posteriormente “anexo de proposta”, e, por fim, extrair a planilha de custo apresentada pelo fornecedor vencedor. Somente dessa maneira poderá verificar o custo por posto (por categoria do serviço), como demonstrado abaixo:

**Portal de Compras do Governo Federal**  
**Comprasnet**  
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
Portal de Compras Governamentais

➔ CONSULTA ATA DE PREGÃO

• Caso queira fazer a pesquisa pela Uasg clique no botão selecionar.  
• Caso seja informado o código da Uasg, a pesquisa será feita pelo código, a lista de UASGs será ignorada.

Pregão ☒ Eletrônico ☐ Presencial  
Registro de Preço  Equalização por ICMS   
UF

Lista de Órgãos

Cód. UASG (Unid. de Compra)  ou  Selecionar Uasg  
Número Pregão  (Preencha número e ano. Ex: 102005)  
Período de Abertura da Sessão Pública De  (dd/mm/aaaa) Até  (dd/mm/aaaa)  
Limpar  OK

➔ CONSULTA ATAS

• Clique no número da lotação para ver a ata

Nº do Pregão	Cód. UASG (Unid. de Compra)	Nome da UASG (Unid. de Compra)	Data de Realização
14397	200100	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.	30/06/2017

➔ CONSULTA ATA DO PREGÃO

• Visualizar Ata  
Uasg: 200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.  
Pregão: Nº 00001/2017  
Ata do Pregão: 10/07/2017 15:34

Resultado por Fornecedor Declarações  
Voltar Anexos de Proposta Termo de Adjudicação Termo de Homologação  
Esclarecimentos

22. Ainda será necessário avaliar se o edital de origem desses pregões incluíram materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços. Se os editais previram materiais ou equipamentos, deve-se avaliar se foram diluídos mensalmente no custo de cada funcionário ou se foram cotados separadamente, por exemplo.

23. Diante desse contexto, apresentaremos de forma detalhada cada item dos módulos da planilha de custos com os seus respectivos cálculos.

## COMPOSIÇÃO DAS PLANILHA DE CUSTOS PARA FORMAÇÃO DOS PREÇOS

24. A Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, em seu Anexo I, define que planilha de custos é o documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custos que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados.

25. A planilha de custos tem como **função estimar custos da contratação (principal foco desta nota técnica)**, sendo utilizada também como base para repactuação de contratos, como parâmetro para julgamento das propostas encaminhadas pelo fornecedor e como instrumento de fiscalização.

26. Como o objetivo da presente nota técnica é auxiliar o gestor a elaborar sua própria planilha de custos, previamente à licitação, para estimar o preço de referência para cada profissional, detalharemos os módulos e seus respectivos submódulos para sua elaboração, conforme o Anexo VII-D da referida Instrução Normativa.

27. A planilha de custos recomendada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão contém seis módulos:

- **Módulo 1** - Composição da Remuneração;
- **Módulo 2** - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários;
- **Módulo 3** - Provisão para Rescisão;
- **Módulo 4** - Custo de Reposição do Profissional Ausente;
- **Módulo 5** - Insumos Diversos; e
- **Módulo 6** - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

### MÓDULO 1 - Composição da Remuneração

28. O módulo 1 é composto pelos submódulos Salário-Base, Adicional de Periculosidade, Adicional de Insalubridade, Adicional Noturno, Adicional de Hora Noturna Reduzida, Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalho, além de outros adicionais que devem ser especificados conforme o caso.

29. O **salário-base** é estabelecido pela **Convenção Coletiva de Trabalho** ou lei. Quando não houver, poder-se-á utilizar o valor praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

30. O embasamento legal do **adicional de periculosidade** encontra-se no artigo 193 e artigos subsequentes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A Norma Regulamentadora (NR) nº 16 do Ministério do Trabalho e Emprego destaca que é responsabilidade do empregador a caracterização ou a descaracterização da periculosidade, mediante laudo técnico elaborado por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, nos termos do artigo 195 da CLT.

31. As Leis nº 12.740, de 8 de dezembro de 2012, e nº 12.997, de 18 de junho de 2014, de conferiram o direito para os que exercem atividades de vigilantes bancários, segurança patrimonial de empresas, seguranças pessoais e motoqueiros. Logo, para os empregados que se enquadram nessas condições não há necessidade de emissão de laudo pericial.

32. A Súmula nº 191 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sinaliza que *o adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acréscimo de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial.*

33. O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral, segundo a Súmula nº 361 do TST.

44. Tem direito ao adicional de periculosidade e emprego exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. É indevido apenas quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido, conforme estabelece a Súmula nº 364 do TST. Além disso, sinaliza que não é válida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho, fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei e proporcional ao tempo de exposição ao risco, pois tal parcela constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantida por norma de ordem pública.

35. O valor do adicional de periculosidade é **calculado em 30% do salário-base da categoria** e somente se altera com o aumento do **valor do salário de referência (salário-base)**. Caso a empresa tenha conhecimento que suas atividades estão enquadradas na condição de periculosidade e na cotação da Planilha de Custos, na fase de apresentação das propostas, e não incluir esse adicional, deverá acrescentá-lo sem alterar o valor da proposta inicial.

36. O embasamento legal do **adicional de insalubridade** encontra-se no artigo 189 e artigos subsequentes da Consolidação das Leis Trabalhistas. A Norma Regulamentadora (NR) nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego descreve as atividades e operações insalubres e a Súmula nº 448 do TST destaca que não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

37. A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR nº 15 aprovada pela Portaria do MTE nº 3.214, de 8 de junho de 1978, quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

38. O adicional de insalubridade varia entre **10%, 20% ou 40% sobre o salário mínimo, quando não existir lei ou instrumento coletivo estabelecendo a base de cálculo**.

39. É importante destacar que o valor do adicional de insalubridade somente se altera com o aumento do valor da base de cálculo. Caso a empresa tenha conhecimento que suas atividades estão enquadradas na condição de insalubridade e na cotação da Planilha de Custos, na fase de apresentação das propostas, e não incluir o adicional, deverá acrescentá-lo sem alterar o valor da proposta inicial.

40. Quando a Convenção Coletiva enquadra a atividade como perigosa ou insalubre não é necessário laudo pericial. Quando não há Convenção Coletiva é necessário perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho.

41. O embasamento legal do **adicional noturno** encontra-se no artigo 73 da Consolidação das Leis Trabalhistas. Se a categoria profissional estiver prevista em Convenção Coletiva, haverá cláusula do adicional noturno, a qual deverá ser observada na elaboração da Planilha de Custos. Ressaltamos que a jornada noturna é de 22h a 5h do dia seguinte.

42. O adicional noturno é calculado **em pelo menos 20% (mínimo) sobre o salário-base mais o adicional de periculosidade**.

43. Em função dessa peculiaridade, apresentaremos detalhadamente a metodologia para o cálculo conforme a seguir:

**Exemplo: trabalho noturno 12x36**

Primeiro cálculo:

<b>Adicional noturno (por hora) = [(salário-base + adicional de periculosidade)/220h] x 20%</b>	
Por que 220h?	<u>Base legal:</u> art. 64 CLT c/c art. 7º, XIII, da Constituição Federal. O divisor de horas para quem trabalha de segunda a sábado é 220h, sendo 8h de segunda a sexta e 4h no sábado - 44h semanais  Para quem trabalha apenas de segunda a sexta deve usar 200h como divisor, conforme Súmula do TST nº 431. <b>Entretanto já está pacificado no TST que em postos de trabalho 12x36 deve-se utilizar o divisor de 220h.</b>
Por que 20%?	Índice <u>mínimo</u> estabelecido por lei, logo não é fixo.

Segundo cálculo:

<b>Valor do adicional noturno (mensal) = [7h x (7 dias x 4,345 semanas por mês) x adicional noturno (por hora)]/2</b>	
Por que 7h?	22h até 5h (período que o funcionário recebe adicional noturno)
Por que divide por 2?	Corresponde ao número de funcionários no respectivo posto, por exemplo.

44. Cabe salientar que antes da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a Súmula nº 60 do TST estava vigente, dessa forma o adicional noturno era prorrogado até o fim do expediente quando ultrapassasse, por exemplo, 5h da manhã. Assim, antes era usado 10h e não 7h para o cálculo.

45. Segundo orientação do Ministério do Planejamento, a Administração Pública deve se atentar para os contratos vigentes que contemplam serviços com jornada 12x36, pois as Súmulas nº 444 (remuneração em dobro dos feriados trabalhados) e a Súmula nº 60, ambas do TST, foram mitigadas.

46. O **adicional de hora noturna reduzida** corresponde ao **salário-hora mais o adicional noturno**. Lembramos que a hora noturna reduzida equivale a 52 minutos e 30 segundos, sendo considerada entre 22h da noite e 5h da manhã. Conforme a Súmula nº 91 do TST, esse tempo de serviço da diferença é calculado à parte.

**MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

47. O Módulo 2 é composto pelos seguintes submódulos:

- Submódulo 2.1: 13º Salário, Férias e Adicional de Férias;
- Submódulo 2.2: GPS, FGTS e Outras Contribuições; e
- Submódulo 2.3: Benefícios Mensais Diários.

**Submódulo 2.1: 13º Salário, Férias e Adicional de Férias**

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias		%	Valor
<b>A</b>	13º Salário		
<b>B</b>	Férias e Adicional de férias		
<b>TOTAL</b>			

48. O embasamento jurídico do 13º salário encontra-se amparado na Constituição Federal, artigo 7º, inciso VIII, e no parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 57.155, de 3 de novembro de 1965. *A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral.* Na tabela abaixo verifica-se o cálculo para se definir o percentual do 13º salário e sua incidência:

<b>Base de cálculo</b>	<b>Total do módulo 1</b> (Composição da Remuneração)
<b>Cálculo</b>	<b>8,33%</b> sobre a <b>base de cálculo</b> OBS: IN nº 5/2017: (1/12)x100 = 8,33%

49. É importante destacar que o valor é alterado com o aumento salarial. Salientamos que, se na proposta da empresa o percentual vier diferente, o pregoeiro só poderá aceitar se o valor cobrir o gasto com as férias do empregado e esse percentual deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

**Férias e Adicional de Férias**

50. A Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 definiu o percentual para férias de 9,075% e para abono de férias de 3,025%, sendo que o somatório dos percentuais deve corresponder a 12,10% e incidir sobre o total do módulo 1, conforme quadro abaixo:

<b>Base de cálculo</b>	<b>Total do módulo 1</b> (Composição da Remuneração)
<b>Cálculo</b>	<p><b>Férias + abono de férias = 12,10%</b></p> <p><b>Férias:</b> Definido na IN nº 5/2017 = <b>9,075%</b></p> <p><b>Abono de férias:</b> IN nº 5/2017: <b>3,025%</b> sobre a base de cálculo.</p> <p><b>OBS:</b> A IN nº 5/2017 estabelece que as <b>férias</b> apresentem um percentual de 9,075%, logo, para calcular o abono, basta dividir 9,075/3 = 3,025%.</p>

51. Esse submódulo sofreu alterações quando comparado com o módulo da Instrução Normativa MPDG nº 2, de 30 de abril de 2008. É importante trazer a Planilha de Custos nos moldes antigos porque os percentuais encontrados nas Planilhas de Custos vigentes atualmente pela Administração Pública estão ainda nesse formato.

52. Este submódulo correspondia ao **Submódulo 4.2 - 13º salário e adicional de férias**, conforme abaixo:

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º Salário <sup>42</sup>	Ex.: R\$ XXX,XX
B	Adicional de Férias <sup>43</sup>	
<b>Subtotal</b>		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias <sup>44</sup>	
<b>Total:</b>		<b>Ex.: XXX,XX</b>

53. Assim, comparando o submódulo do novo modelo (Instrução Normativa MPDG nº 5/2017) com o módulo da Instrução Normativa MPDG nº 2/2008, nota-se que no anterior as férias não estão incluídas juntamente no item B, as quais eram calculadas no **Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**, e há o item C - **Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias**. Demonstraremos a seguir como esse item C era calculado:

<p>(Percentual do 13º salário + <u>Percentual do adicional de férias</u>) x <u>Percentual do Módulo 4.1</u> [8,33% + (8,33/3) %] x 36,80% = <b>4,08%</b></p>
<p><u>Percentual do Adicional de Férias:</u> com a Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 não se usa mais o percentual de 8,33% para as férias, mas sim <b>9,075%</b>, alterando, conseqüentemente, o índice do adicional de férias.</p>
<p><u>Percentual do Módulo 4.1:</u> somatório de todos os encargos previdenciários. Na nova planilha corresponde ao somatório dos índices do <u>Módulo 2.2 (Encargos Previdenciários)</u></p>

#### **Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições**

54. O embasamento legal de cada um dos itens que compõe esse submódulo encontra-se no quadro abaixo:

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Base Legal
A	INSS	Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.
B	Salário Educação	Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.
C	SAT	Art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.
D	SESC ou Sesi	Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.
E	SENAI ou SENAC	Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).
F	SEBRAE	Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.
G	INCRA	Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.
H	FGTS	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF.

55. Os índices de cada item e a base de cálculo desse submódulo estão nos quadros abaixo:

Submódulo 2.2 – GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor
<b>A</b>	INSS		
<b>B</b>	SESI ou SESC		
<b>C</b>	SENAI ou SENAC		
<b>D</b>	INCRA		
<b>E</b>	Salário educação		
<b>F</b>	FGTS		
<b>G</b>	RAT/FAP		
<b>H</b>	SEBRAE		
<b>TOTAL</b>			

56. Nota-se que itens desse submódulo são estabelecidos por lei, mas somente o SAT(RAT/FAP) que sofre variação. O **RAT** (Riscos Ambientais de Trabalho) consiste em percentual que mede o risco da atividade econômica, no qual é cobrada a contribuição para financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT) variando em 1%, 2% e 3%. O **FAP** (Fator Acidentário de Prevenção) afere o desempenho da empresa, dentro da respectiva atividade econômica, relativamente a acidentes de trabalho ocorridos num determinado período, apresentando valores entre 0,5 e 2. Assim, o valor máximo poderá ser 6% e sugere-se utilizar este valor máximo no momento de elaborar a Planilha de Custos com vistas a estabelecer limites referenciais para contratação.

<b>Base de cálculo</b>	<b>Módulo 1 + Submódulo 2.1</b>
<b>Cálculo</b>	Percentual de cada item (A a H) deve incidir sobre a <b>base de cálculo</b>

57. Como medida preventiva, é importante que, no momento do encaminhamento da proposta pela empresa vencedora, o pregoeiro confira se o RAT/FAT utilizado para compor a Planilha de Custos coaduna com o apresentado na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informação à Previdência Social (GFIP), documento necessário na fase de análise da proposta vencedora.

EMPRESA:COND DO BAIRRO SANTO ONOFRE COMP: 01/2015 COD REC:115 COD GRS: 2100		FFAS: 566	OUTRAS ENT: 0099	SIMPLES:1	RAT: 3,0	INSCRIÇÃO:00,087,996/0001-71 FAP:1,00 RAT AJUSTADO:3,00		
TOMADOR/OPERA:						INSCRIÇÃO:		
NOME TRABALHADOR		FIS/PASEP/CI		ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13º SAL	REM 13ºSAL	BASE CÁL 13ºSAL	PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	CONTRIB SEG DEVIDA			DEPÓSITO	JAM
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA		107.86160.17-6		02/08/1999	01			05174
1.579,75	0,00		0,00	142,18			126,39	0,00
EDSON LIMA DO NASCIMENTO		122.60330.14-4		01/05/2003	01			05141
1.324,74	0,00		0,00	105,97			105,97	0,00
HELIO ZEI RODRIGUES MARREIROS		108.52673.04-0		01/04/2014	01			05174
1.106,88	0,00		0,00	88,55			88,55	0,00
JOSE PORFÍRIO DE BRITO		107.04970.75-6		01/09/2007	01			05174
1.530,47	0,00		0,00	137,74			122,44	0,00
MARCOS FRANCISCO DO NASCIMENTO		120.20199.69-8		01/03/2013	01			05174
1.106,88	0,00		0,00	88,55			88,55	0,00

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

58. O Submódulo 2.3 corresponde aos benefícios mensais e diários do trabalhador. Nesse submódulo é importante atentar para os benefícios "Transporte" e "Auxílio Alimentação", principalmente quanto aos cálculos dos dias, quando envolver turnos 12x36, por exemplo, bem como para os valores das passagens de transporte público. A seguir apresentaremos as peculiaridades de cada benefício de acordo com a característica do serviço.

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		%	Valor
A	Transporte		
B	Auxílio Refeição/ Alimentação		
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Outros		
TOTAL			

59. Cabe salientar que, no momento da elaboração desse submódulo, é necessário se atentar tanto aos casos supracitados quanto ao destacado no artigo 6º da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 sobre benefícios contidos em Acordo, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho:

Art. 6º A Administração **não se vincula** às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam **direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários**, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

Transporte

60. O embasamento jurídico do pagamento desse direito está amparado no inciso III do § 2º do artigo 458 da Consolidação da Leis Trabalhistas, e o artigo 9º do Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987 e o Acórdão TCU nº 282/2009 - 1ª Câmara também abordam sobre o tema.

61. Na previsão de custo do vale-transporte devem-se observar os dias trabalhados de acordo com as peculiaridades do serviço, fazendo, por exemplo, algumas perguntas:

- Serviço é de segunda a sexta?
- Serviço é em escala 12x36? (Como trabalha 1 dia e folga 2, o número de vale-transportes será inferior ao serviço que exige a ida do funcionário de segunda a sexta, por exemplo)
- Serviço é de segunda a sábado?
- Funcionário terá que trabalhar nos feriados?

Base de cálculo	Salário-base
Cálculo	[2 (deslocamento de ida e volta) x valor da passagem x dias trabalhados no mês] – (salário-base x 6%)

62. Nota-se que isso faz diferença no custo mensal do funcionário, tanto no momento de estimativa na Planilha de Custos para definir o preço de referência do serviço no edital, quanto para verificar se a proposta vencedora encaminhada pela empresa apresenta a base de cálculo compatível com as características do serviço.

63. É importante destacar que o aumento do piso salarial (salário-base) reflete na diminuição desse valor na planilha, pois os 6% incide sobre o salário-base, que é valor que deve ser deduzido.

64. Outro fato também que merece ser destacado é em relação ao aumento da tarifa de transporte na REVISÃO contratual. Se no momento da contratação o fornecedor apresentar em sua Planilha de Custos uma tarifa inferior à tarifa real praticada na respectiva cidade, e se a tarifa, no decorrer da execução do contrato, sofrer reajuste, a REVISÃO deve ser proporcional ao aumento dado à tarifa real e não reajustada pela nova tarifa.

Auxílio-alimentação

65. O embasamento jurídico desse auxílio está previsto no artigo 458 §§ 2º e 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas. Deve-se observar também a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, que dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda de pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em Programas de Alimentação do Trabalhador (PAT).

66. Como já explicado no item acima, o pagamento do auxílio-alimentação também deve ser calculado com base nos dias trabalhados.

Cálculo	<p>= (<u>Dias trabalhados no mês</u> X vale-alimentação)</p> <p><b>OBS:</b></p> <p>Deve-se atentar também quanto aos <b>dias trabalhados no mês</b>, como já demonstrado acima.</p> <p>Vale-alimentação: o valor, em regra, está previsto nos Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos.</p> <p>ATENÇÃO: se a jornada for de segunda a sábado (44h semanais), entende-se que o funcionário almoçará em casa (no sábado), por isso não será necessário pagar o vale-alimentação.</p>
---------	--

Demais Benefícios

67. Os valores dos demais itens estão previstos nos Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos. Sugerimos a leitura do Parecer nº 15/2014/CPCL/DEPCONSU/PGF/AGU, que aborda esse assunto, ficando sua previsão à discricionariedade do gestor.

68. Vale destacar o parágrafo único do artigo 6º da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017: *é vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.*

MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão



69. Nesse módulo estão presentes as verbas indenizatórias que incidem no momento de desligamento do empregado da empresa. Os percentuais não são estabelecidos por lei, mas há previsão na Convenção Coletiva, quando a categoria profissional estiver enquadrada. Com intuito de auxiliar a área demandante a elaborar sua Planilha de Custos para estimativa de valor máximo no edital, elucidaremos sobre as metodologias de cálculo, baseadas nos índices orientados pelo TCU, nos dados do IBGE, nos estudos do CNJ, que podem ser utilizadas como parâmetros. Esses parâmetros correspondem ao percentual máximo que Administração Pública deve pagar para cada item. Salienta-se que esses itens são prévios à licitação, pois no momento da apresentação das propostas pela empresa vencedora esses itens podem vir com percentuais diferentes, pois são baseados em seu histórico de incidência.

Item	Módulo 3 – Provisão para rescisão	%	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
TOTAL			

70. Assim, na fase licitatória, deve-se verificar cada item desse módulo no momento do recebimento da proposta pelo fornecedor, pois os percentuais não são estabelecidos por lei, mas sim no histórico da própria empresa para aquele tipo de contrato. O custo da empresa para o aviso prévio trabalhado é de 7 dias, já no aviso prévio indenizado é de 30 dias.

71. Cabe salientar que o Ministério do Planejamento, em sua Nota Técnica nº 652/2017, aborda sobre os custos renováveis nas prorrogações contratuais, como no trecho abaixo:

29. Assim, considerando o exposto, serão objeto de balizamento para exclusão da planilha de formação de preços, como custos não renováveis, os itens “A”, “B”, “D” e “E” do submódulo 4.4, anexo III-A da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008 (item 25 desta Nota Técnica) - Aviso Prévio Indenizado; Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado; Aviso Prévio Trabalhado; e Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado.

30. Já em relação aos custos que compõem a Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado e a Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado, constantes das alíneas “C” e “F” do submódulo 4.4 referenciado, considera-se custos renováveis, tendo em vista que são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão, conforme abaixo será demonstrado.

72. Mais adiante, em Sustentabilidade, compararemos os parâmetros, baseados em índices orientados pelo TCU, nos dados do IBGE e nos estudos do CNJ, para cada um dos itens do Módulo 3 com os dados estatísticos (índices mínimo, máximo, média e mediana) extraídos de 30 contratos de coteiragem da Administração Pública realizados no Distrito Federal.

**Aviso Prévio Indenizado**

73. Os artigos 477 e 487 a 491 da CLT, a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, e o Acórdão TCU nº 2.217/2010 - Plenário remetem a respeito desse assunto. A base de cálculo do Aviso Prévio Indenizado, bem como o índice balizador, encontra-se no quadro abaixo:

Base de cálculo	Total do Módulo 1 (Composição da Remuneração)
	<b>(5,55%) x (1/12) = 0,46%</b> incide sobre a <b>base de cálculo</b> .
<b><u>Cálculo</u></b>	<b><u>OBS:</u></b> <b>5,55%</b> = dado estatístico, em regra, utilizado. Ler o Acórdão TCU nº 1.904/2007. <b>1/12</b> = (1 mês não trabalhado/12 meses)

**Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado**

74. A Súmula nº 305 do TST e o Acórdão TCU nº 2.217/2010 - Plenário abordam sobre a incidência do FGTS. A base de cálculo da Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado, bem como o índice balizador, encontra-se no quadro a seguir:

Base de cálculo	Total do Módulo 1 (Composição da Remuneração)
	<b>(8%) x (0,46%) = 0,03%</b> incide sobre a <b>base de cálculo</b> .
<b><u>Cálculo</u></b>	<b><u>OBS:</u></b> <b>8%</b> = FGTS <b>0,46%</b> = correspondem ao percentual do Aviso Prévio Indenizado.

**Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado**

75. Nesse item é importante destacar a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (artigo 18, § 1º) com redação dada pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, pois ambas abordam sobre esse tema. A base de cálculo da Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado, bem como o índice balizador, está descrito no quadro abaixo:

Base de cálculo	Total do Módulo 1 (Composição da Remuneração)
	<b>[0,08*(0,40+0,10)*0,9]*(1+0,0833+0,09075+0,03025) = 4,35%</b> incide sobre a <b>base de cálculo</b>
<b><u>Cálculo</u></b>	<b><u>OBS:</u></b> (0,08) = Alíquota do FGTS (8%) (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%) (0,10) = Contribuição Social sobre o FGTS (10%) (0,90) = 90% dos funcionários remanescentes (LC nº110/2001. Estudos CNJ – Resolução nº 98/2009) 1= remuneração integral (0,0833) = % do 13º salário (0,09075) = % de férias (definida pela IN nº 5) (0,03025) = % adicional de férias

**Aviso Prévio Trabalhado**

76. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXI, e os artigos 477, 487 a 491 da CLT instituem o Aviso Prévio Trabalhado. Na elaboração da Planilha de Custos é importante que a área demandante se atente às recomendações dos Acórdãos TCU nº 3.006/2010 e nº 1.094/2007 - Plenário. A base de cálculo do Aviso Prévio Trabalhado, bem como o



índice balizador, encontra-se no quadro abaixo:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$[(1/30)*7]/12 = 1,94\%$ sobre a <u>base de cálculo</u> <b>OBS:</b> 1 = remuneração integral 30 = número de dias no mês 7 = nº de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar 12 = nº de meses no ano

**Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado**

77. A base de cálculo e o índice balizador deste item estão no quadro abaixo. Vale ressaltar que esse índice incide sobre o percentual do Submódulo 2.2 e sobre o valor do Aviso Prévio Trabalhado.

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	(% do Submódulo 2.2) x (% Aviso Prévio Trabalhado) = <b>0,71%</b> incide sobre a <u>base de cálculo</u> .

**Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado**

78. A base de cálculo e o índice balizador da Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado estão no quadro abaixo:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	$[0,08 \times (0,4+0,1)] \times [\% \text{ Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2}] = 0,03\%$ incide sobre a <u>base de cálculo</u> <b>OBS:</b> (0,08) = Alíquota do FGTS (0,40) = Valor da Multa do FGTS trabalhado (0,10) = Contribuição Social sobre o FGTS (% Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2) = % do item E

79. Depois de apresentar os parâmetros do Módulo 3, que, em regra, são utilizados para elaborar a Planilha de Custos para estimar os custos do posto de trabalho na fase anterior à licitação, demonstramos a consolidação, no quadro abaixo, de cada item:

<u>Item</u>	<u>Módulo 3 – Provisão para rescisão</u>	<u>% de Orientações TCU e/ou dados IBGE</u>
<b>A</b>	Aviso Prévio Indenizado	0,46%
<b>B</b>	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%
<b>C</b>	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%
<b>D</b>	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%
<b>E</b>	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,71%
<b>F</b>	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,03%
	<b>TOTAL</b>	<b>7,52%</b>

**MÓDULO 4 – Custo de Reposição de Profissional Ausente**

80. Esse módulo segue o mesmo preceito do módulo anterior, tendo sua previsão também baseada no histórico da empresa para determinado serviço e não em percentuais legais. Importante destacar a nota constante no Anexo II-D da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 sobre esse tema: *as alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.*

<u>Item</u>	<u>Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>
<b>Submódulo 4.1 – Ausências Legais</b>			
<b>A</b>	Férias		
<b>B</b>	Ausências Legais		
<b>C</b>	Licença Paternidade		
<b>D</b>	Ausência por acidente de Trabalho		
<b>E</b>	Afastamento Maternidade		
<b>F</b>	Outros		
	<b>TOTAL</b>		
<b>G</b>	<b>Incidência do Submódulo 2.2</b>		
	<b>Total Módulo 4</b>		

**Férias**

81. A Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 definiu férias sendo 9,075%. Esse percentual incide sobre todo o Módulo 1, conforme tabela a seguir:

<u>Base de cálculo</u>	<u>Total do Módulo 1</u> (Composição da Remuneração)
<u>Cálculo</u>	9,075% incidem sobre a <u>base de cálculo</u> .

Ausências Legais

82. O artigo 473 da CLT e os Acórdãos TCU nº 1.904/2007 e nº 1.753/2008 - Plenário abordam sobre ausências legais.
83. A ausência legal corresponde ao período em que a empresa deve manter os custos do empregado. No caso de auxílio-doença, por exemplo, a empresa tem o custo nos primeiros 15 dias.
84. Como já supracitado sobre esse módulo, o percentual da ausência legal varia conforme o histórico da empresa. Nesse sentido, para estimar o custo da planilha por posto de trabalho, podem-se utilizar os parâmetros abaixo destacados. Em seguida serão apresentados, na tabela, o cálculo, considerando o dado do IBGE e a base de cálculo para incidência do percentual.

- IBGE (5,96 dias/ano)
- CCT (em regra são 7 dias)
- Contratos vigentes na Administração Pública
- Contratos anteriores do próprio órgão

Base de cálculo	Total do Módulo 1 (Composição da Remuneração)
Cálculo	(5,96/365 dias)x 100 = 1,63%

Licença Paternidade

85. A licença paternidade está prevista no inciso XIX do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e no §1º do artigo 10 do ADCT. Como no item acima, na elaboração da Planilha de Custos deve-se atentar aos Acórdãos TCU nº 1.904/2007 e nº 1.753/2008 - Plenário. A base de cálculo e o índice balizador, que no caso foi utilizado o índice do IBGE, seguem no quadro abaixo:

Base de cálculo	Total do Módulo 1 (Composição da Remuneração)
Cálculo	[(5/30)/12] x 0,015 x 100 = 0,02% incide sobre a base de cálculo OBS: 0,015: esse índice pode variar. Em regra, utiliza-se 0,015 porque, de acordo com os dados do IBGE, 1,5% é a média de trabalhadores que são pais durante o ano.

Ausência por Acidente de Trabalho

86. O inciso III do artigo 131 da CLT e a Lei nº 8.213, de 14 de julho de 1991, dispõem sobre ausência por acidente de trabalho. Vale destacar a Súmula nº 46 do TST: *as faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina*. A base de cálculo e o índice balizador, que no caso foi utilizado o índice do IBGE para cálculo, seguem no quadro abaixo:

Base de cálculo	Total do Módulo 1 (Composição da Remuneração)
Cálculo	[(15/30)/12] x 0,08 x 100 = 0,33% incide sobre a base de cálculo OBS: 15 = número de dias em que o empregado repousa e contratada remunera 30 = número de dias no mês 12 = número de meses no ano 8% = média dos trabalhadores que sofrem acidente/ano, de acordo com estatísticas do IBGE 100% = salário integral

Afastamento Maternidade

87. O embasamento jurídico sobre o tema encontra-se nos artigos 6º, 7º, inciso XVIII, 201 da Constituição Federal de 1988, bem como no artigo 392 da CLT. A base de cálculo e o índice balizador, que no caso foi utilizado o índice do IBGE para cálculo, seguem no quadro abaixo:

Base de cálculo	Total do Módulo 1 (Composição da Remuneração)
Cálculo	[0,02 x (4/12)/12 x 100] = 0,055% incide sobre a base de cálculo OBS: 0,02 = índice de ocorrência. Dado utilizado do IBGE. 4/12 = 4 meses de licença maternidade por ano 12 = meses do ano 100 = porcentagem

88. O custo final do afastamento maternidade é calculado a partir do custo efetivo de afastamento maternidade, do número de meses de licença maternidade, do percentual de mulheres no tipo de serviço e do número de ocorrências de maternidade.
89. Nesse caso, o INSS reembolsa o salário da beneficiária. Entretanto, continuam sendo contados os demais encargos, como férias, adicional de férias, 13º salário, encargos previdenciários, FGTS, bem como benefícios como a assistência médica (se prevista em Norma Coletiva de Trabalho, Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos).

Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Custo de Reposição

90. Apesar do modelo do Anexo VII-D da Instrução Normativa MPDG nº 5/2017 não constar o item "Incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo de reposição", este deve ser considerado para cálculo, como indica a "Nota 2" do próprio anexo. Para ser calculado é necessário o somatório de todos os percentuais do módulo 4. Dessa maneira, considerando os percentuais supracitados, temos:

Base de cálculo	[Σ(valores dos itens de Módulo 4)]x (Σda % do Submódulo 2.2)
-----------------	--

91. Depois de apresentar os parâmetros do Módulo 4 que, em regra, são utilizados para elaborar a Planilha de Custos para estimar os custos do posto de trabalho na fase anterior à licitação, demonstramos a consolidação, no quadro abaixo, de cada item:

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente		
Item	Submódulo 4.1 – Ausências Legais	% de Orientações TCU e/ou dados IBGE
A	Férias	9,075%
B	Ausências Legais	1,63%
C	Licença Paternidade	0,02%
D	Ausência por acidente de Trabalho	0,33%
E	Afastamento Maternidade	0,055%
F	Outros	0,000%
TOTAL		11,11%
G	Incidência do Submódulo 2.2	4,422%
TOTAL		15,53%

MÓDULO 5 - Insumos Diversos

Item	Módulo 5 – Insumos Diversos	Valor
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
TOTAL		

92. É comum nesse módulo os valores de cada item estarem diluídos no custo mensal de cada funcionário. Nesse sentido, é imprescindível detalhar no edital todos os materiais e equipamentos necessários para execução contratual, estabelecer o preço máximo para cada um dos itens e avaliar a metodologia de dispêndio para cada item, principalmente quanto ao item equipamentos.

93. É importante também atentar, nas prorrogações contratuais, à previsão de reajuste no edital, em que deve constar cláusula do índice adequado para cada item.

94. As peculiaridades abordadas no Módulo 5 serão abordadas nos tópicos a seguir.

Uniforme

95. Primeiramente, para estimar os preços desse item no edital, é necessário obter os preços médios praticados no âmbito da Administração Pública no Painel de Preços, atentando principalmente para o número de conjuntos por ano e característica/qualidade do uniforme. As respectivas Convenções Coletivas, em regra, trazem o número de uniformes por ano. Vale lembrar que cada órgão possui uma vestimenta adequada, e o gestor, no momento de estimar o valor, poderá considerar essas peculiaridades.

96. Como exemplo, a CCT nº DF000115/2017 DF dispõe:

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – UNIFORMES

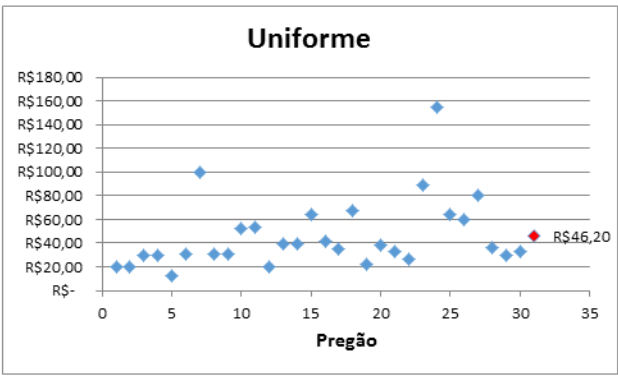
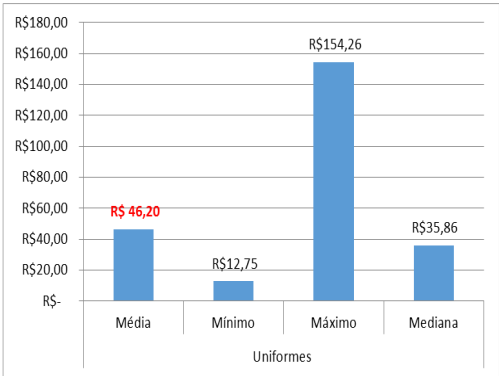
Quando de uso obrigatório, no início do contrato de trabalho, as empresas fornecerão aos seus empregados gratuitamente, 02 (dois) conjuntos de uniformes completos e 01 (um) par de meias e calçado. A cada seis meses, será entregue 1 (um) conjunto de uniforme.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japona (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12 (doze) meses.

Parágrafo Segundo – As empresas fornecerão aos funcionários que trabalham ao ar livre, 01 (uma) capa de chuva, por ano, além disso, disponibilizarão protetor solar fator 30 (trinta) diariamente.

Parágrafo Terceiro – Verificado o desgaste no uniforme que o torne inutilizável ou inapresentável, a empresa entregará 2 (dois) conjuntos de uniformes obedecida a frequência de 06 (seis) meses prevista no caput.

97. Com intuito de demonstrar o valor do uniforme, realizamos a pesquisa de preço nos contratos de serviços de copeiragem no Distrito Federal praticados pela Administração Pública e o preço médio encontrado foi R\$ 46,20, conforme os gráficos abaixo. Esse valor, por exemplo, deverá ser utilizado na Planilha de Custos para estimar o preço de referência de cada funcionário.



Materiais

98. O edital pode ou não prever esse item, dependendo da necessidade do órgão. Alguns órgãos preferem fazer outra licitação para contratar esses insumos. No caso de copeiragem, esses itens seriam, por exemplo, café, açúcar, leite e etc.

99. Se houver previsão de tais insumos, deve-se atentar pelo índice escolhido para o reajuste no caso de prorrogação contratual, como já supracitado, pois, se não corresponder à realidade de mercado, pode onerar substancialmente o valor do contrato com o passar dos anos.

Equipamentos

100. Os equipamentos seguem a mesma lógica do item acima “Materiais”, podendo ter previsão editalícia ou não, pois às vezes o próprio órgão já tem os equipamentos necessários.

101. Cabe salientar que, se houver previsão editalícia de aquisição de equipamentos, estes devem estar em uma lista, com seus respectivos preços máximos, conforme pesquisa de preços praticados no âmbito da Administração Pública, bem como cláusula que estabeleça as regras que serão adotadas para cálculo da depreciação desses equipamentos.

102. Dessa forma, no momento do encaminhamento da proposta pelo fornecedor vencedor, o pregoeiro, juntamente com a equipe de licitação, deve verificar se na proposta do fornecedor os custos dos equipamentos foram diluídos anualmente ou se há previsão possível dos cinco anos de execução do serviço, quando não estabelecido no edital.

103. Se, por exemplo, a cláusula de metodologia para depreciação de equipamentos não constar no edital, o fornecedor, no momento do encaminhamento da proposta da sua Planilha de Custos, pode diluir o valor dos equipamentos no custo de cada funcionário. Aparentemente, o valor para cada funcionário ficaria "barato", mas, se o número de funcionários for grande, a Administração poderia pagar anualmente o valor de todos os equipamentos, como se estivesse adquirindo-os. E isso, ao longo dos cinco anos de contrato, poderia resultar em uma aquisição de cinco vezes o número necessário de equipamentos, sendo que, a princípio, a Administração não tinha o interesse de adquirir nenhum deles.

104. O caso acima foi apenas uma maneira para exemplificar o impacto da ausência de regras no edital, principalmente nesse módulo. Mas diversas situações podem acontecer quando as regras não são bem estabelecidas. A Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, em seu Anexo V, destaca essa importância: *previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.*

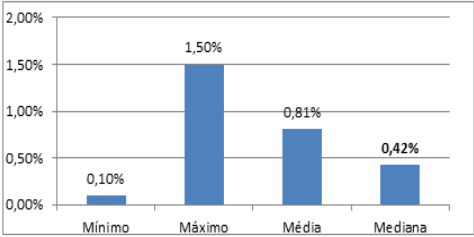
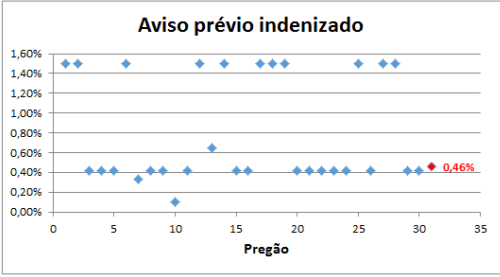
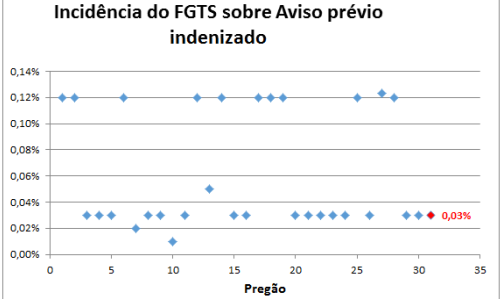
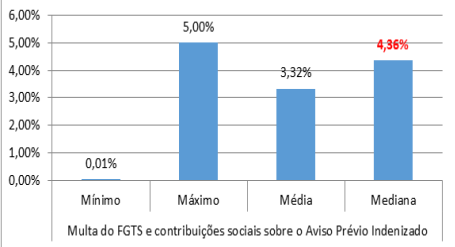
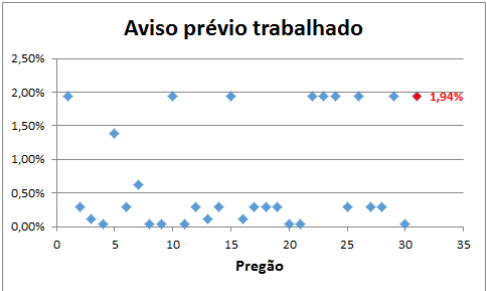
MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

105. O Módulo 6 será abordado no item Suscetibilidade.

SUSCETIBILIDADE

106. Esta parte da presente nota técnica tem o propósito de demonstrar que os percentuais dos Módulos 3,4 e 6 são factíveis aos contratos realizados pela Administração Pública. Acredita-se que com o conhecimento desses três principais módulos, além de ser possível avaliar a Planilha de Custos na fase anterior à licitação, poder-se-á, no momento do encaminhamento da proposta pelo fornecedor, verificar as possíveis fragilidades da planilha.

107. Inicialmente compararemos, nas tabelas abaixo, os percentuais consolidados, baseados em **jurisprudências do TCU, dados do IBGE e/ou estudos do CNJ**, de cada item dos Módulos 3 e 4 com os 30 contratos de copeiragem analisados no âmbito do Distrito Federal. Assim, o **gráfico de coluna** corresponde aos dados estatísticos (média, mediana, mínimo e máximo) e o **gráfico de dispersão** demonstra o quantitativo de contratos que se enquadram dentro desses percentuais apresentados nesta nota técnica:

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO					
Itens		Percentual	Dados estatísticos: contrato copeiragem		Percentual x percentual de cada contrato
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%			
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%			
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%			
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%			
E	Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%			

			<p>Aviso prévio trabalhado</p> <table border="1"><thead><tr><th>Statística</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>Mínimo</td><td>0,04%</td></tr><tr><td>Máximo</td><td>1,94%</td></tr><tr><td>Média</td><td>0,70%</td></tr><tr><td>Mediana</td><td>0,29%</td></tr></tbody></table>	Statística	Valor	Mínimo	0,04%	Máximo	1,94%	Média	0,70%	Mediana	0,29%	<p>Incidência do submódulo 2.2 sobre Aviso prévio trabalhado</p> <p>Pregão</p> <p>0,71%</p>
Statística	Valor													
Mínimo	0,04%													
Máximo	1,94%													
Média	0,70%													
Mediana	0,29%													
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,03%	<p>Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado</p> <table border="1"><thead><tr><th>Statística</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>Mínimo</td><td>0,00%</td></tr><tr><td>Máximo</td><td>5,00%</td></tr><tr><td>Média</td><td>1,26%</td></tr><tr><td>Mediana</td><td>0,14%</td></tr></tbody></table>	Statística	Valor	Mínimo	0,00%	Máximo	5,00%	Média	1,26%	Mediana	0,14%	<p>Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado</p> <p>Pregão</p> <p>0,03%</p>
Statística	Valor													
Mínimo	0,00%													
Máximo	5,00%													
Média	1,26%													
Mediana	0,14%													
Total		7,52%	<p>Rescisão</p> <p>Pregão</p> <p>7,52%</p>											

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE												
Itens		Percentual	Dados estatísticos: contratos copeiragem	Percentual x percentual de cada contrato								
A	Férias	9,075%	Definido pela Instrução normativa MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017.									
B	Ausências Legais	1,63%	<table><tr><td>Mínimo</td><td>Máximo</td><td>Média</td><td>Mediana</td></tr><tr><td>0,02%</td><td>1,94%</td><td>0,78%</td><td>0,42%</td></tr></table> Ausências Legais	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	0,02%	1,94%	0,78%	0,42%	<p>Ausências legais</p> <p>Pregão</p> <p>1,63%</p>
Mínimo	Máximo	Média	Mediana									
0,02%	1,94%	0,78%	0,42%									
C	Licença Paternidade	0,02%	<table><tr><td>Mínimo</td><td>Máximo</td><td>Média</td><td>Mediana</td></tr><tr><td>0,00%</td><td>0,10%</td><td>0,06%</td><td>0,05%</td></tr></table> Licença Paternidade	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	0,00%	0,10%	0,06%	0,05%	<p>Licença paternidade</p> <p>Pregão</p> <p>0,02%</p>
Mínimo	Máximo	Média	Mediana									
0,00%	0,10%	0,06%	0,05%									
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	<table><tr><td>Mínimo</td><td>Máximo</td><td>Média</td><td>Mediana</td></tr><tr><td>0,02%</td><td>1,39%</td><td>0,37%</td><td>0,11%</td></tr></table> Ausência por acidente de trabalho	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	0,02%	1,39%	0,37%	0,11%	
Mínimo	Máximo	Média	Mediana									
0,02%	1,39%	0,37%	0,11%									

E	<b>Afastamento Maternidade</b>	<b>0,055%</b>	Como é um percentual que varia pouco nas propostas dos fornecedores, não é oportuno fazer a comparação entre os contratos.	
F	<b>Incidência dos Submódulo 2.2-Encargos Sociais sobre o Custo de Reposição (*)</b>	<b>4,35%</b>		
(*) Ressalta-se que não se encontra na Planilha de Custos do Anexo VII da Instrução Normativa MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, o item F - <b>Incidência do Submódulo 2.2 - Encargos Sociais sobre o Custo de Reposição</b> , apesar de haver orientação da necessidade de sua incidência.				

108. Quanto ao Módulo 6 (Custo Indireto, Tributos e Lucros), este apresenta dois itens (Custo Indireto e Lucro) que variam consideravelmente no encaminhamento das propostas pelo fornecedor e afetam substancialmente o preço, pois incidem sobre os módulos (1, 2, 3, 4 e 5) da planilha, tornando difícil definir os percentuais desses itens para elaborar a sua própria Planilha de Custos, previamente à licitação.

109. Nesse sentido, apresentamos detalhadamente cada item, dando subsídio para o gestor elaborar sua Planilha de Custos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Percentual	Considerações
A	Custos Indiretos	5%	Máximo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1753/2008- Plenário)
B	COFINS	3,0%	Lucro Presumido
C	PIS	0,65%	Lucro Presumido
D	ISS	5%	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003(e alterações)
E	LUCRO	Média dos contratos	Deve-se utilizar a média obtida na pesquisa de preço

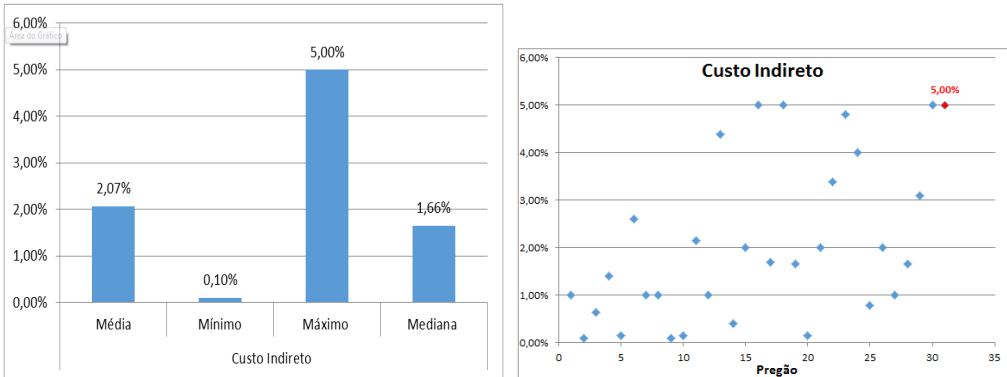
### Custos Indiretos

110. São os gastos da contratada com sua estrutura administrativa e organizacional e gerenciamento de seus contratos, como manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, IPTU, pessoal administrativo, material e equipamento de escritório, prepostos e seguros. A base de cálculo (sobre o que incide) está destacada a seguir:

<b>Base de cálculo</b>	% incide sobre a <b>Soma (Módulo 1+ Módulo 2+ Módulo 3+ Módulo 4+ Módulo 5)</b>
------------------------	---

111. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fixou o mínimo e máximo do custo indireto apenas para os serviços de limpeza, conservação e vigilância. Dessa forma, para o gestor/responsável estabelecer o índice máximo do Custo Indireto na Planilha de Custos sugere uma pesquisa dos índices utilizados em contratos do respectivo serviço no âmbito da Unidade de Federação pretendida e fazer a **média aritmética**. Ressalta-se que o Acórdão TCU nº 1.753/2008 - Plenário dispõe que o **percentil máximo** utilizado para outros serviços vinculados à mão de obra é de 5%.

112. Tendo em vista que o gestor poderá elaborar seu percentil baseado na sua própria pesquisa de preço ou utilizar o percentil máximo de 5%, segundo orientação do Tribunal de Contas da União, decidimos utilizar o percentil máximo para demonstrar que esse índice, além de atender a todas as contratações de copeiros analisadas na comparação, demonstra estar bem acima da média.



113. Cabe destacar que, nos contratos da Administração Pública Federal de serviços de copeiragem em Brasília, os percentuais encontrados foram todos inferiores a 5%.

114. Assim, é imprescindível analisar as Planilhas de Custos dos contratos vigentes no âmbito a Unidade de Federação pretendida, pois esses índices variam consideravelmente e impactam substancialmente no custo total do funcionário, tendo em vista que incide sobre todos os módulos anteriores.

### Lucro

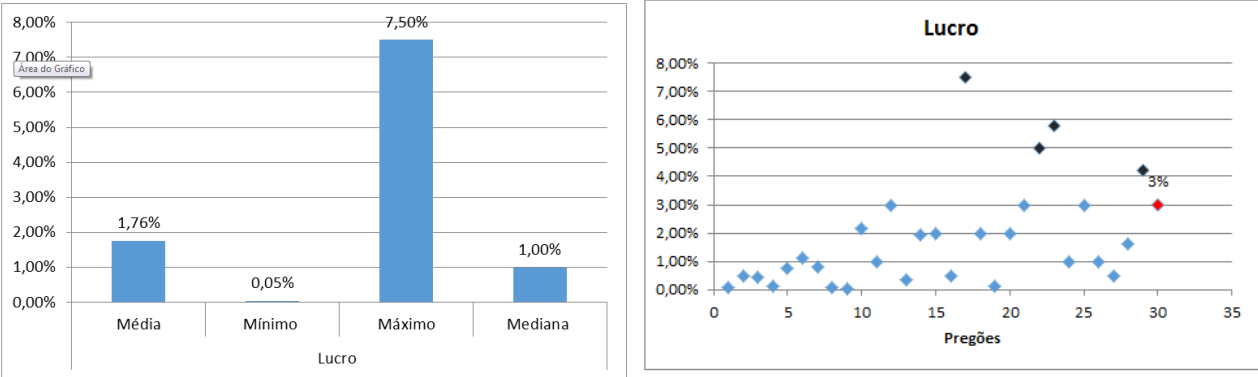
115. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fixa limites mínimo e máximo para serviços de limpeza e vigilância, conforme estudos realizados pela Fundação Instituto e Pesquisas (FIA), sendo o máximo 6,79% e o mínimo 3,90%.

116. Quanto aos serviços, não há estabelecimento mínimo e/ou máximo de percentual, assim sugere-se que seja utilizada a **média aritmética** dos contratos realizados pela Administração Pública no âmbito da Unidade de Federação correspondente. A metodologia para calcular o lucro da Planilha de Custos é:

Base de cálculo

% incide sobre a **Soma (Módulo 1+ Módulo 2+ Módulo 3+ Módulo 4+ Módulo 5) + Custo Indireto**

117. Vale destacar os percentuais de lucro encontrados nos contratos de copeiragem no âmbito Distrito Federal:



118. Nota-se que a maioria dos contratos vigentes de copeiragem apresentou percentual inferior a 3%. O gestor, com base na sua pesquisa de preço, deverá avaliar o percentual mais adequado, tendo em vista que, no caso concreto acima, não deveria utilizar um percentual superior a 3% para construir sua planilha estimativa de custos.

Tributos

119. Tributos destacados na Planilha de Custos para serviços terceirizados são os federais PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e o imposto municipal ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza).

120. A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, dispõe sobre o imposto municipal ISS e estabelece, em seu artigo 8º, a alíquota máxima de 5% e, no artigo 8º-A, a alíquota mínima de 2%, acrescentado pela Lei Complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016. Assim, para a estimativa de custo na planilha sugerimos a utilização do índice máximo.

121. Em relação ao PIS e COFINS, ressalta-se que essas contribuições são variáveis conforme enquadramento tributário da empresa. Se for Lucro Presumido, os índices são 0,65% para PIS e 3,00% para COFINS, já pelo Lucro Real os índices são 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS.

122. Na Planilha de Custos para estimar o preço de referência para cada posto de trabalho, sugerimos a utilização do Lucro Presumido, pois, apesar de o Lucro Real apresentar alíquotas de PIS e COFINS superiores, a empresa pode se beneficiar por esse tipo de regime, permitindo o desconto de créditos apurados em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica, dependendo de quanto é o faturamento bruto mensal da organização e de quais são suas formas de crédito.

Base de cálculo

% de cada um dos Tributos x [ $\sum$  (Módulo 1+ Módulo 2+ Módulo 3+ Módulo 4+ Módulo 5) + (Custo Indireto)+(Lucro)] ÷ (1- $\sum$  Tributos)

123. Entretanto, a Planilha de Custos que a empresa vencedora encaminha no momento do processo licitatório deve corresponder ao seu enquadramento tributário no que se refere às alíquotas desses respectivos tributos.

124. Após apresentação da compatibilidade dos percentuais usualmente utilizados com os contratos realizados pela Administração Pública, no próximo item demonstraremos como esses módulos interferem no fator economicidade.

CONTA VINCULADA - GERENCIAMENTO DE RISCO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E COM FGTS DA CONTRATADA

125. Vale acrescentar que Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, no artigo 18, aborda dois tipos de controle para o tratamento de riscos para a contratação de serviços terceirizados, quais sejam, a conta vinculada e o pagamento pelo fato gerador.

126. Cabe destacar que esta nota técnica visa trazer a estimativa de índices da Planilha de Custos ajustada para conta vinculada, pois o pagamento pelo fator gerador só será válido após a publicação do caderno de logística, conforme descrito abaixo:

Art. 18. Para as contratações de que trata o art. 17, o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos, conforme especificado nos arts. 25 e 26, obrigatoriamente contemplará o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.

§ 1º Para o tratamento dos riscos previstos no caput, poderão ser adotados os seguintes controles internos:

I - Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II - Pagamento pelo Fato Gerador, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§2º A adoção de um dos critérios previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício.

§ 3º Só será admitida a adoção do Pagamento pelo Fato Gerador após a publicação do Caderno de Logística a que faz referência o inciso II do § 1º deste artigo.

FATOR DE ECONOMICIDADE - FATOR K

127. O Fator K é um parâmetro usual de mercado para se estimar o custo de um serviço com base na remuneração do profissional que prestaria o serviço. Não existe um percentual fixo para o Fator K, pois este depende da estrutura de composição de preço definida tanto por requisitos legais quanto estratégicos da empresa.

128. Nesse contexto, o TCU, conforme Acórdãos nº 1.753/2008 e nº 289/2018 - Plenário, entre outros, destaca como referência de custo, o Fator K, indicador de economicidade aplicado aos dispêndios com serviços terceirizados de natureza continuada, que corresponde à razão entre o custo total de um trabalhador (remuneração, encargos sociais, insumos, reserva técnica, despesas operacionais/administrativas, lucro e tributos) e sua própria remuneração. O Fator K, portanto, indica quantos reais são pagos pela Administração à contratada para cada real pago por esta ao trabalhador. Com o propósito de exemplificar esse índice, apresentamos a seguir quadro com a descrição hipotética da aplicação do Fator K nos custos mensais de contratação de um Auxiliar Administrativo:

Fórmula	Descrição	Valor
A	Custo total do trabalhador no mês	R\$ 2.700,00
B	Remuneração Total = ( $\sum$ Módulo 1)	R\$ 1.000,00
C = (A/B)	Fator K	2,7*
*2,7: quando não envolver materiais ou equipamentos diluídos nos custos dos funcionários. Atenção: não cabe para serviços de limpeza e segurança, pois estes são definidos (preço máximo e mínimo) pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.		

129. Com intuito de demonstrar que os gestores devem se atentar para o fator de economicidade nas contratações que envolvem mão de obra exclusiva, apresentamos alguns trechos do recente Acórdão TCU nº 289/2018 - Plenário, de 21 de fevereiro de 2018, sobre o tema:

7.1.6.10 Em outras palavras, depreende-se, de todo o exposto, que o referencial utilizado nesta fiscalização foi o mais conservador possível, uma vez que adotou-se o maior fator ‘k’ encontrado no mercado (2,70) , acima dos valores constantes do Acórdão 1.753/2008 – Plenário, dos contratos similares na Câmara dos Deputados e dos demais serviços terceirizados do próprio Senado, o que se coaduna com o limite estabelecido pelo TCU e adotado pela auditoria interna do Ministério Público da União, bem como com os valores observados na contratação vigente do Senado para a categoria em exame.’

6. Quanto aos indícios de superfaturamento, considero que os elementos até então existentes nos autos podem caracterizar a irregularidade que motivou a instauração da presente tomada de contas especial. Ressalto que a unidade técnica realizou ampla pesquisa dos preços praticados pela administração pública federal (inclusive Câmara e Senado) , para chegar à conclusão de que o fator k máximo a ser admitido em contratações análogas seria de 2,7 ao passo que o fator k associado ao Contrato 100/2006 variava entre 3,6 e 3,9, o que demonstraria o descolamento do preço contratado junto à empresa Aval em comparação com os preços de mercado.

Logo, a existência do fator k discrepante associada a sobrepreço indicaria, no mínimo, a existência de um conluio entre as empresas que apresentaram cotações de preços [...].

130. Com propósito de esclarecer sobre o fator de economicidade e seus impactos no custo final de cada funcionário, demonstramos no **Anexo II** desta nota técnica variações dos módulos sensíveis já supracitados (Módulos 3, 4 e 6), considerando, no **Anexo II-A**, a Planilha de Custos com os parâmetros recomendados segundo orientações do TCU e dados do IBGE e, no **Anexo II-B**, a Planilha de Custos com a média dos contratos de copeiragem encontrados no âmbito do Distrito Federal

131. Comparando essas três Planilhas de Custo, presentes no Anexo II, pode-se verificar como os percentuais, especificamente de cada um dos itens dos Módulos 3, 4 e 6, interferem no custo total da remuneração de cada profissional e, por isso, a necessidade de estabelecer parâmetros para os módulos sensíveis. O fator economicidade utilizando os parâmetros desta nota técnica ficou em 2,7 (**Anexo II-A**), utilizando a média dos contratos analisados de copeiragem no Distrito Federal ficou 2,65 (**Anexo II-B**).

132. Assim, esse fator de economicidade é um cálculo simples que permite o gestor perceber se o custo do profissional está compatível com custo real desse profissional pela empresa. Além de permitir que o seu preço de referência por posto de trabalho no edital esteja compatível com os contratos praticados no âmbito da Administração, poderá verificar se os contratos vigentes em cada órgão atendem o critério economicidade.

## CONCLUSÃO

133. Portanto, o objetivo da presente nota técnica é apresentar os parâmetros (percentuais) para elaboração de Planilha de Custos para contratação de serviços que envolvem mão de obra exclusiva, na fase que **antecede** a licitação, especialmente para os Módulos 3, 4 e 6, por apresentarem variações percentuais nas Planilhas de Custos dos fornecedores, bem como demonstrar como esses índices influenciam no fator economicidade ("K").

134. Dessa forma, o gestor, adotando as orientações desta nota técnica, como mecanismo subsidiário ou complementar à sua pesquisa de preço, mitigará o risco de preços superestimados por posto de trabalho nas licitações que envolvem serviços com mão de obra exclusiva. Logo, são mecanismos de controle, como o Fator Economicidade - **Fator K**, que o gestor deve se apropriar para gerir os contratos dessa natureza.

À consideração superior.

Brasília, 3 de abril de 2018.

**RAFAELLA MOISA ALVARENGA**  
Supervisora

**MÁRCIO ALVES SANTIAGO**  
Chefe de Divisão

De acordo. Submeto a presente nota técnica ao Senhor Secretário de Controle Interno.

Brasília, 3 de abril de 2018.

**EDUARDO JOSÉ COSTA MELLO**  
Coordenador-Geral CGAC/CISSET/SG/PR

Aprovo a Nota Técnica nº 2/2018 nos termos propostos.

Sugiro a adoção dos parâmetros previstos no denominado Fator K para as contratações futuras, bem como renegociação de contratos vigentes cujos parâmetros estejam demasiadamente superiores aos adotados nesta nota orientativa.

Por fim, informo que eventuais consultas técnicas sobre o tema poderão ser realizadas, nos termos da Portaria Ciset nº 43, de 25 de setembro de 2017.

Brasília, 3 de abril de 2018.

**EDSON LEONARDO DALÉSCIO SÁ TELES**  
Secretário de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Alves Santiago, Chefe de Divisão**, em 03/04/2018, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaella Moisa Alvarenga, Supervisor(a) (GR V)**, em 03/04/2018, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo José Costa Mello, Coordenador-Geral**, em 03/04/2018, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Leonardo Dalescio Sa Teles, Secretário de Controle Interno**, em 09/04/2018, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0497655** e o código CRC **BBD35754** no site: [https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



